

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LINGUÍSTICA**

**JANE JOSEFA DA SILVA CAMILO**

**OS SENTIDOS DE LIBERDADE DA ESCRAVA ISAURA  
CONSTITUÍDOS POR GESTOS DE RESISTÊNCIA**

**CÁCERES-MT  
2015**

**JANE JOSEFA DA SILVA CAMILO**

**OS SENTIDOS DE LIBERDADE DA ESCRAVA ISAURA CONSTITUÍDOS POR  
GESTOS DE RESISTÊNCIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Linguística

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Neuza Benedita da Silva Zattar.

**CÁCERES-MT  
2015**

Camilo, Jane Josefa da Silva.

Os sentidos de liberdade da escrava Isaura constituídos por gestos de resistência./Jane Josefa da Silva Camilo. Cáceres/MT: UNEMAT, 2015.  
86f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2015.

Orientadora: Neuza Benedita da Silva Zattar

1. Semântica. 2. Escrava Isaura - resistência. 3. Escrava Isaura - liberdade. I.  
Título.

CDU: 81'37(817.2)

**BANCA EXAMINADORA**



---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Neuza Benedita da Silva Zattar - Orientadora - UNEMAT



---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Carolina de Paula Machado - Convidada - UFSCAR

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Edileusa Gimenes Moralis - Convidada - UNEMAT

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Judite Gonçalves Albuquerque - Suplente - UNEMAT

APROVADA EM 11 / 3 / 2015.

*À minha mãe Joana, pelos relatos que rememoram os sofrimentos de minha bisavó Benta, que foi escravizada por um sistema desumano; e à minha avó Catarina (em memória) que sentiu na pele a escravidão e nos ensinou o valor da palavra liberdade.*

## AGRADECIMENTOS

*Eu te exalto, meu Deus, meu Rei, e bendigo o teu nome para sempre e eternamente. Vou Te bendizer todos os dias e louvar o teu nome para sempre e eternamente.*  
(SALMO 145).

Serei sempre grata:

Aos meus pais Joana e Tito (em memória), pela educação recebida.

Aos meus irmãos e irmãs, em especial Ana e Zenil, pelas palavras de força e incentivo para a realização desta pesquisa.

Ao meu esposo e companheiro Dilton, pelo amor e apoio constantes nas horas certas e incertas.

Aos meus filhos Rafael e Mateus, pelas alegrias compartilhadas e paciência nos momentos difíceis.

À minha orientadora, Professora Neuza Zattar, pela confiança depositada no meu trabalho, pelo estímulo, compreensão e, sobretudo, pela competente orientação.

Aos professores do Mestrado, em especial a Profa. Judite Albuquerque, pelo projeto Abaheém, que motivou minha volta aos estudos.

Aos colegas da Turma 2013, em especial as inseparáveis Karine e Jucinéia, pelo carinho, troca de experiências e amizade construídas no decorrer do curso.

Às Professoras Carolina Machado e Edileusa Moralis, pela significativa contribuição para o meu trabalho.

À Professora Maria Cristina (Kitty) da UFRS, pela atenção e disponibilidade do material sobre resistência.

À Suely, Maria Martins, Estela, Sandra, Cris Santana e Júlio, pela ajuda quando fui aluna especial.

Aos meus sobrinhos, pelos momentos de descontração.

Aos meus colegas e amigos da Escola LAF (Leopoldo Ambrósio Filho), por estimularem e se alegrarem com minhas conquistas.

Ao Governo do Estado de Mato Grosso que, através da Política de Qualificação Profissional, possibilitou-me a concretização deste projeto.

*O homem sentiu sempre – e os poetas  
frequentemente cantaram – o poder  
fundador da linguagem, que instaura uma  
realidade imaginária, anima as coisas  
inertes, faz ver o que ainda não existe, traz  
de volta o que desapareceu.*

(BENVENISTE, 2005, p.27)

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>CAPÍTULO I</b> .....	16
<b>ESCRavidÃO E LIBERDADE: DA HISTÓRIA À FICÇÃO</b> .....	16
1.1 A sociedade escravocrata brasileira .....	18
1.2 Entre a escravidão e a liberdade: a alforria.....	22
1.3 A mulher livre e a mulher escrava no Brasil do século XIX .....	26
1.4 O Romantismo no Brasil .....	30
<b>CAPÍTULO II</b> .....	34
<b>QUADRO TEÓRICO</b> .....	34
2.1 Semântica Histórica da Enunciação .....	35
2.2 Semântica do Acontecimento .....	37
2.2.1 Acontecimento e temporalidade .....	37
2.2.2 O político e o espaço de enunciação.....	38
2.2.3 Cena enunciativa e a divisão do locutor .....	40
3. Gestos de interpretação e resistência.....	43
<b>CAPÍTULO III</b> .....	47
<b>OS SENTIDOS DE LIBERDADE DA ESCRAVA ISAURA CONSTITUÍDOS POR GESTOS DE RESISTÊNCIA</b> .....	47
3.1 Os gestos de resistência .....	48
<b>CAPÍTULO IV</b> .....	60
<b>AS DESIGNAÇÕES DO SINTAGMA NOMINAL A <i>ESRAVA ISAURA</i></b> .....	60

4.1 O texto.....	61
4.2 As designações de <i>a escrava Isaura</i> .....	63
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	76
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	81

## RESUMO

Esta pesquisa se inscreve na área de concentração *Estudo das relações entre língua, história e instituições* e na linha de pesquisa *Estudos e análises dos processos discursivos e semânticos* do Programa de Mestrado em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, e tem como objetivo analisar os sentidos de liberdade da escrava Isaura constituídos por gestos de resistência, ou seja, analisar enunciativamente como se constitui, nas cenas enunciativas dos recortes extraídos da obra, o movimento dos sentidos do dizer da escrava na sua relação com o seu “dono” através de gestos de resistência. Tomamos como *corpus* a obra literária *A Escrava Isaura*, do escritor brasileiro, Bernardo Guimarães (1875), que tem como eixo a liberdade de uma escrava de cor branca e a resistência às investidas de seu segundo dono. Para as análises, nos filiamos à disciplina teórica *Semântica do Acontecimento* (2002) desenvolvida por Eduardo Guimarães, no Brasil. Analisamos também o processo de designação da expressão “escrava Isaura” que faz circular outras designações na obra literária em estudo, observando que a designação, por ser instável, muda a partir dos lugares sociais que autorizam o locutor a dizer, pela diversidade de locutores instituídos nas cenas de enunciação. Esperamos com esta pesquisa mostrar, através da multiface da linguagem, como a ficção idealiza as relações escravocratas e, ao mesmo tempo, observar de que lugares sociais é possível dizer o que aparece dito sobre os escravos e de que modo aparece dito na obra ficcional.

**Palavras-chave:** Semântica do Acontecimento. Gestos de Resistência. Designação. Liberdade.

## ABSTRACT

This research is within the concentration area of Study of the relationships about language, history and institutions and in the research line- Studies and analyzes of discursive processes and semantics of the Masters Program in Linguistics from the State University of Mato Grosso, and it aims at analyzing the senses of freedom of slave Isaura established from gestures of resistance, in other words, we have proposed enunciatively analyzing how consists the movement of senses of the slave's saying on its relationship with her "owner" through gestures of resistance, in the enunciative scenes of excerpts from the work. We have used as *corpus* the literary work -The Slave Isaura, by the Brazilian writer Bernardo Guimarães (1875), which has as axis the slave's freedom whose skin is white and the resistance to advances from her second owner. For the analyzes, we based on the theoretical subject Semantics of the Event (2002) developed by Eduardo Guimarães in Brazil. We have also analyzed the processes of designation slave Isaura expression in ways that makes to circulate other designations on the literary work focusing study, observing that the designation for being unstable changes, from the social places that allow the announcer to say, by the diversity of announcers established in the scenes of enunciation. Thus, this work means to show through the multifaceted of the language, how the fiction idealizes the slavery relationships and, at the same time, observing from what social places it is possible to say what has been said on slaves and also in which way it has been said in the fictional work.

Keywords: Semantics of Event. Gestures of Resistance. Designation. Freedom.

## INTRODUÇÃO

*Não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual; toda relação de poder implica, então pelo menos de modo virtual, uma estratégia de luta.*  
(FOUCAULT, 1995)

Esta pesquisa se inscreve na área de concentração *Estudo das relações entre língua, história e instituições* e na linha de pesquisa *Estudos e análises dos processos discursivos e semânticos* do curso de Mestrado em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, e tem como objetivo analisar como os sentidos de liberdade da escrava Isaura são constituídos por gestos de resistência ao assédio do seu proprietário, nas cenas enunciativas protagonizadas por Leôncio, herdeiro do cafezal, e por Isaura, a escrava que pertence legalmente a esse senhor, observando o movimento dos sentidos do que diz a escrava em sua existência social e histórica na sua relação com o herdeiro, por considerar que “o sentido deve ser tratado como discursivo e definido a partir do acontecimento enunciativo” (GUIMARÃES, 2010, p. 66).

O *corpus* desta pesquisa é constituído de recortes extraídos do livro *A Escrava Isaura*, do escritor brasileiro, Bernardo Guimarães (1875). A obra literária pertence ao Romantismo, época em que os escritores tomaram para si o compromisso de definir nação, povo, língua e cultura brasileira, ou seja, buscavam retratar nas obras a identidade nacional. Embora o discurso da literatura se faça como ficcional, ele está inscrito na história, entendendo a história como efeito de interpretações (HENRY, 1984). Ou como afirma Orlandi (2012a, p.33), “o que interessa não são as datas, mas os modos como os sentidos são produzidos e circulam”.

Na história do Brasil, da descoberta até a abolição da escravatura, a escravidão foi uma instituição que retratou ‘as misérias humanas’, uma vez que ao escravo foi negado o direito à liberdade de ir e vir e, principalmente, o de se colocar como sujeito nas

enunciações estabelecidas com os senhores de engenhos e/ou cafezais, pelo fato de os escravos se constituírem em patrimônio contabilizável e/ou seres humanos coisificados.

Como todo sujeito que se constitui sócio-historicamente, particularmente, tenho origem escravocrata, sou descendente de uma bisavó escrava e de uma avó cria de casa, ou escrava doméstica que, no período da escravidão desempenhou, na cidade de Cáceres-MT, atividades e/ou serviços na casa do senhor. Desse modo, o interesse pela temática vem de longa data e se ampliou com a releitura da obra *A Escrava Isaura*, que tem como eixo a liberdade de uma escrava de cor branca e a resistência às investidas de seu segundo dono.

Como suporte teórico, mobilizamos a Semântica do Acontecimento (2002) de Eduardo Guimarães, teórico que procura pensar o sentido e o sujeito na sua historicidade. Nessa linha, a língua funciona na medida em que um indivíduo ocupa uma posição sujeito no acontecimento, e isto, por si só, põe a língua em funcionamento por afetá-la pelo interdiscurso, produzindo sentido.

Escolhemos essa teoria por considerar que a análise do sentido da linguagem deve concentrar-se no estudo da enunciação, ou seja, do acontecimento do dizer. Assim, “não há como considerar que uma forma funciona em um enunciado, sem considerar que ela funciona num texto, e em que medida ela é constituída do sentido do texto” (Idem, 2002, p.7).

Adotamos os procedimentos teórico-metodológicos da Semântica do Acontecimento para analisar, nas cenas enunciativas extraídas da obra *A Escrava Isaura*, como se dá a constituição das figuras enunciativas, isto é, quem diz, quem não diz, como se diz, para quem se diz, de que lugar se diz.

Tomamos a linguagem, nesta pesquisa, como materialidade simbólica em que os sentidos não estão prontos, pois a linguagem não é transparente, e a língua “só funciona na medida em que um indivíduo ocupa uma posição de sujeito no acontecimento” (GUIMARÃES, 2002, p.69). Assim, tomamos a obra *A Escrava Isaura* como linguagem, observando o que ela “significa e de que modo significa” (Idem, 2011, p. 9).

Desse modo, analisamos como a escrava Isaura e Leôncio, proprietário da escrava, personagens ficcionais da obra, se inscrevem nas cenas enunciativas e no espaço de enunciação de línguas, em que as figuras enunciativas se agenciam e falam, num período em que a escrava não tinha o direito de tomar a palavra e de se agenciar, dizendo “sou liberta”, “sou livre”.

A presente pesquisa encontra-se estruturada em quatro capítulos, assim dispostos:

No capítulo I abordamos questões que atravessaram a escravidão brasileira como a sociedade colonial e imperial brasileira, as cartas de alforria, o lugar social da mulher (branca e negra) e o movimento do Romantismo em que a obra se inscreve. A instituição escravidão perdurou por quase quatro séculos, como base do sistema social e econômico do Brasil, influenciando as relações históricas, sociais e de linguagem entre o homem livre e o homem escravo, nas diversas atividades que lhe eram impostas, e principalmente em relação às mulheres escravas, mostradas na obra *A Escrava Isaura*, que longe de ser uma obra libertária/engajada, focaliza relações tensas e conflituosas entre uma escrava de cor branca que enfrenta, com gestos de resistência, o assédio por parte de seu proprietário, em busca de sua liberdade, que se concretiza na obra ficcional através da carta de alforria.

Destacamos ainda a alforria, um direito costumeiro “que consistia na concessão de liberdade do escravo pelo seu senhor através dos documentos registrados por tabelião em cartório” (ZATTAR, 2012, p.38), bem como as três modalidades de alforria: a gratuita, a onerosa (comprada pelo escravo) e a condicional.

Nesse quadro, abordamos também o Romantismo, movimento literário através do qual os escritores brasileiros procuram “como tarefa patriótica, definir conscientemente uma literatura mais ajustada às aspirações da jovem pátria” (CÂNDIDO, 2006, p.89), de modo a contribuir para que o país criasse uma identidade nacional.

No capítulo II descrevemos o quadro teórico mobilizando os principais conceitos da Semântica Histórica da Enunciação, a partir das filiações adotadas por Guimarães em *Os limites do sentido*<sup>1</sup> (2010), e da Semântica do Acontecimento (2002) que, além do sujeito e da língua, toma o real e a temporalidade. Nessas teorias, a enunciação toma a linguagem em seu funcionamento e traz para o interior de suas reflexões a questão da subjetividade, da história, do social e do político.

Por considerar que “a interpretação está presente em toda e qualquer manifestação da linguagem e que não há sentido sem interpretação” (ORLANDI, 2012a, p.9), abordamos os conceitos de interdiscurso, gesto de interpretação e resistência da Análise de Discurso francesa, por considerá-los relevantes para a investigação empreendida neste estudo. Entendemos, assim como Orlandi (1988, p. 22), que o gesto de interpretação “é uma intervenção no real do sentido”. E é pelo funcionamento da linguagem que a língua se

---

<sup>1</sup> A primeira edição do livro *Os limites do sentido* foi publicada em 1995, e a edição que estamos utilizando é de 2010.

torna o lugar de conflito, de tensão, de equívoco, tornando-se visível através dos gestos de resistência, os quais serão analisados a partir dos recortes selecionados.

No capítulo III analisamos as cenas enunciativas constituídas de diálogos nos quais se inscrevem as figuras enunciativas representadas pelo herdeiro Leôncio e pela escrava Isaura. Os locutores falam de distintos lugares sociais tensionados pelo assédio e pela resistência, respectivamente, cujos gestos vão construir os sentidos de liberdade da escrava. À medida que os gestos de resistência da escrava vão se constituindo, através da linguagem, um novo lugar social se abre para a escrava, o de mulher que conhece os seus direitos e luta por eles, e será nessa nova condição que ela vai lutar pela sua liberdade.

O quarto capítulo é dedicado à análise das designações da escrava, no qual apresentamos o conceito de texto em três perspectivas teóricas: funcionalista, discursiva e enunciativa, procurando compreender a importância da análise de texto enquanto “prática fundamental para pensar aspectos da história, da vida atual, do conhecimento em geral” (GUIMARÃES, 2011, p. 12). No processo de designação, os falantes, ao ocuparem determinados lugares sociais nas cenas enunciativas, “apropriam-se do real enquanto significado pelo próprio exercício da fala” (Idem, 2005, p.1), o que mostra que a designação é instável.

Tendo analisado os lugares sociais assumidos pela figura enunciativa da escrava Isaura, nas cenas enunciativas em que se inscreve juntamente com o seu senhor, consideramos importante examinar, neste capítulo, como as designações atribuídas a Isaura vão sendo construídas à medida que o seu lugar na enunciação da obra literária se altera e/ou muda, por entender que a designação, enquanto significação de um nome exposto ao real, muda, altera, se apaga, o que dá à designação uma relação semântica instável.

Nessa linha, observamos nas cenas enunciativas que no processo de designação do sintagma nominal *a escrava Isaura*, as designações mudam a partir dos lugares sociais que autorizam o locutor a dizer, e que significam pela diversidade de locutores instituídos na obra literária.

Esperamos com esta pesquisa mostrar, através das multifaces da linguagem, como a ficção idealiza as relações escravocratas, mostrando a questão da resistência da escrava Isaura pelo lugar social que ocupa nos acontecimentos de linguagem em que se inscreve, em um período que a mulher escrava não tinha ‘voz’ na sociedade e que muitas delas, por serem escravizadas, eram ‘coisificadas’.

## CAPÍTULO I

### ESCRAVIDÃO E LIBERDADE: DA HISTÓRIA À FICÇÃO

*A carne mais barata do mercado é a carne  
negra  
A carne mais barata do mercado é a carne  
negra  
Que fez e faz história  
Segurando esse país no braço...  
Ainda guardo o direito  
De algum antepassado da cor  
Brigar sutilmente por respeito  
Brigar bravamente por respeito  
Brigar por justiça e por respeito<sup>2</sup>*

Como compreender as relações escravocratas num período em que homens e mulheres se distinguem sócio-historicamente e pelo acesso à palavra legitimada no cotidiano das relações sociais e de linguagem? Como entender uma sociedade em que os negros eram vistos como símbolo de sujeição e inferioridade pelo trabalho a que eram submetidos, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, lugar estratégico de desembarque e venda de escravos? Como compreender essas relações evidenciadas em obras de historiadores e pintores, da segunda metade do século XIX, como as do artista francês Jean-Baptiste Debret, que retrataram flagrantes da vida cotidiana dos escravos no Brasil, que são descritos sob o viés ficcional, na obra literária *A Escrava Isaura*, nosso objeto de estudo, que cria uma escrava branca como a protagonista para discorrer sobre a escravidão?

Efetivamente essas questões perpassam a linguagem, a argamassa material e simbólica que movimenta a memória e o presente e, nesse ponto de encontro, temos ainda a “memória institucional que estabiliza, cristaliza, e, ao mesmo tempo, a memória

---

<sup>2</sup> Trechos da música “A carne” interpretada pela cantora Elza Soares.

constituída pelo esquecimento que é que torna possível o diferente, a ruptura, o outro” (ORLANDI, 1999, p. 10).

Na relação do sujeito com o sentido, “toda formação social, no entanto, tem formas de controle da interpretação, que são historicamente determinadas: há modos de interpretar” (Idem), ou seja, na movência de sentidos o sujeito-autor da obra literária interpreta de um jeito e não de outro, não de acordo com a sua vontade, mas pelas relações sócio-históricas que o afetam e/ou o determinam ao interpretar.

A linguagem funciona também “olhando para fora de si, mas este fora só se alcança porque é simbolizado, porque a linguagem não se confunde com a situação em que seus segmentos ocorrem” (GUIMARÃES, 2010, p. 85). A linguagem e seu sentido não podem acontecer fora de uma relação. Ela só é linguagem com outros elementos e nas suas relações com o sujeito, uma vez que a linguagem e seu sentido não podem acontecer fora de uma relação, e é essa relação que dá o caráter histórico da linguagem, pois a enunciação é tomada “como acontecimento no qual se dá a relação do sujeito com a língua” (Idem, 2002, p.8).

Nessa linha, queremos refletir sobre a escravidão num período da história da sociedade brasileira, em que homens distintos sócio-historicamente e transformados em “coisas”, em homens “quase gente”, buscaram de muitas formas conquistar o direito à liberdade e à condição de cidadãos, com direitos e deveres, pois, não há como falar da instituição escravidão fora das condições históricas e de linguagem, por se constituir nas relações entre sujeito, língua e memória.

A partir desse cenário, a literatura brasileira, enquanto laboratório de observação de escritores, retratou a sociedade escravocrata nas suas relações com os escravos, quer nos engenhos, quer nas fazendas de café, quer nas cidades, interpretando essas relações determinados pelos lugares sociais e históricos que os constituíram.

Pensando o lugar social da mulher escrava na sociedade imperial e nos acontecimentos de linguagem, em que o seu lugar é exposto à exterioridade (ser ou não autorizada a dizer), focamos o nosso olhar sobre a escrava no plano da(s) história(s) escritas/contadas/narradas por escritores, ao escolhermos como *corpus* a obra *A Escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães (1875), que não trata de uma escrava negra ou parda, mas de uma escrava branca, bem criada e educada por sua dona, a esposa do comendador Almeida que, antes de falecer, promete-lhe uma carta de alforria. Uma personagem que representa uma contradição para a sociedade brasileira do século XIX.

Nesta pesquisa interessam-nos examinar a linguagem nas relações históricas e sociais entre senhores e escravos, mais especificamente entre o senhor Leôncio, filho do comendador e herdeiro da fazenda cafeeira em Campo de Goitacazes, interior do Rio de Janeiro, e a escrava Isaura, construídas no enredo ficcional da obra em estudo, e para compreendê-las, passamos a discutir, nos itens que se seguem, questões que atravessaram a escravidão brasileira como a sociedade colonial e imperial brasileira, as cartas de alforria, o lugar social da mulher (branca e negra) e o movimento do Romantismo em que a obra se inscreve.

Abordaremos no item 1.1 a instituição escravidão no Brasil sob os olhares de historiadores, sociólogos e intelectuais que se dedicam a esse tema.

### **1.1 A sociedade escravocrata brasileira**

A sociedade escravocrata brasileira constituiu-se, ao longo da colonização, em três grupos sociais: os colonizadores, representantes do governo português, compostos por comerciantes de produtos importados e do tráfico negreiro, governadores das capitanias, magistrados, militares de alta patente, bispos; os colonizados, formados de escravos africanos, indígenas e os brancos livres e pobres; e os colonos, que faziam parte dos grupos dominantes da colônia, senhores de engenho, fazendeiros, proprietários de minas de ouro e diamantes, e de traficantes de escravos.

Junto a esses grupos, durante o tráfico de escravos africanos, cresceu o número de escravos que se diferenciavam quanto ao trabalho no campo, na cidade e nos lares dos senhores, e que podemos categorizá-los em relação à liberdade em três grupos: os quase livres, que se encontravam na posição transitória de escravos para libertos; os que lutavam para comprar a carta de alforria; e os que continuavam sem perspectivas de liberdade.

Em quase quatro séculos, a escravidão foi a base do sistema social e econômico do Brasil, um negócio lícito, uma vez que “a Metrópole protegia o comércio de escravos para a colônia, a título de desenvolvimento e progresso da lavoura, conferindo privilégios e favores como constam vários contratos, alvarás, cartas régias e provisões”, conforme o historiador Perdigão Malheiros (1976, p. 36).

Com a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808, o Rio de Janeiro passa, aos poucos, à condição de sede da Corte e de polo geográfico em relação ao qual se definiam as principais políticas imperiais. Com a presença da Corte, o estilo de vida no Brasil sofre alterações na maneira de morar, de vestir, e no próprio comportamento social. No entanto, os flagrantos da vida cotidiana dos escravos eram visíveis nos espaços da cidade.

A nova Corte portuguesa no Brasil se constituía de dois mundos, de um lado, a Corte que governava distribuía favores e privilégios, mas não possuía riqueza; de outro, uma colônia que já era mais rica que a metrópole, mas ainda não tinha refinamento ou qualquer traço de nobreza (GOMES, 2007). O perfil dessa sociedade era retratado por cronistas e viajantes que se referiam ao Rio de Janeiro como “uma cidade rica e próspera, porém sem refinamento” (Idem, p. 199). O encontro das duas nobrezas – a nova e rica com a velha e pobre – ocorria nos inúmeros rituais que cercavam a realeza, como concertos musicais, procissões, missas e outras cerimônias religiosas (Ibidem, p. 200).

A cidade do Rio de Janeiro se transforma culturalmente no governo de D. João, com a criação da Biblioteca Nacional, do Museu, do Jardim Botânico, do Real Teatro João Caetano, da Imprensa Régia, de uma escola superior de Medicina, entre outras instituições importantes para o desenvolvimento cultural e social da cidade. Com a chegada da Missão Artística Francesa, D. João promove, na capital da Corte brasileira, artes, cultura e imprime traços de refinamento nos hábitos da ex-colônia.

No entanto, os escravos dominavam a paisagem da cidade, pois além de realizarem todo e qualquer tipo de trabalho manual, carregavam pessoas e mercadorias nos espaços da cidade. Na capital da Corte portuguesa, os escravos faziam parte do cotidiano brasileiro, quer trabalhando, quer animando seus conterrâneos e descendentes com espetáculos de recreação nas praças. Ou seja, as transformações culturais e sociais ocorridas na capital da Corte não conseguiram suprimir e/ou romper com os velhos costumes, nem apagar os traços característicos da cidade, a começar pela presença da escravidão.

De acordo com Neves & Machado (1999, p.47), o enriquecimento da vida cultural do país, após 1808, não ocorreu de forma homogênea.

Se a civilidade, o luxo, o conforto, o gosto pelas artes, o teatro e a música enraizavam-se nas camadas da elite, costumes rudes e violentos persistiam, de modo geral, no cotidiano das populações rurais, e, no

próprio meio urbano, a **presença da escravidão continuava a exigir o recurso indispensável da força e da violência para garantir a ordem e os privilégios da minoria branca.** (Grifo nosso)

Mesmo após a emancipação política do Brasil, em 1822, apesar de a monarquia constitucional de base liberal considerar todos os homens cidadãos livres e iguais, “a instituição escravidão permaneceu inalterada, garantida que era pelo direito de propriedade reconhecido na nova Constituição” (MATOS, 2000, p. 7), o que significava que a maioria da população permanecia escrava<sup>3</sup>. Desse modo, a elite de intelectuais do Império criou um conjunto de ideias liberais que mascaravam as contradições sociais do país e ignoravam a distância entre a lei e a realidade, como se pode observar na Constituição de 1824, em que o escravo na condição de liberto passa a constituir o universo de cidadãos brasileiros:

Art. 6º São cidadãos brasileiros:

1º Os que no Brasil tiverem nascido, quer sejam ingênuos, ou **libertos**, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua nação. (Grifo nosso)

O artigo 6º, ao incluir na classe de cidadãos brasileiros os libertos, os escravos que adquiriram a carta de alforria, instala uma nova ordem de sentidos, a de assegurar aos brasileiros a condição de cidadãos, instituindo uma nova memória que se apresenta como institucional, legítima (ORLANDI, 1993). No entanto, como não há ritual sem falhas (Idem), é possível a ruptura, como mostra o Art. 94 da Constituição Imperial que exclui/excetua os libertos dos direitos de ser eleitor e votar como os demais cidadãos da sociedade brasileira.

Podem ser eleitores e votar na eleição dos deputados, senadores e membros de conselho de província, todos os que podem votar na assembleia paroquial. Excetua-se:

- 1º Os que não tiveram renda líquida anual 200 000 por bens raiz, indústria, comércio ou emprego.
- 2º **Os libertos**
- 3º Os criminosos pronunciados em querela ou devassa.

---

<sup>3</sup> Como indica Wehling (1994, p.336), havia em 1798, no Brasil, 1 milhão de brancos, 1 milhão e 600 de negros, com uma minoria alforriado e 650 mil índios e mestiços, que viviam próximos as cidades.

A exclusão do cidadão liberto do processo eleitoral “estabelece desigualmente uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos”, visto que “o homem está sempre a assumir a palavra, por mais que esta lhe seja negada” (GUIMARÃES, 2005, p. 16). Os dois mundos ou as duas faces sociais da Corte no Brasil convivem com “o estabelecimento da desigualdade que se apresenta como necessária à vida social, e a afirmação de pertencimento e de igualdade é significada como abuso, impropriedade” (Idem). Neste recorte, a lei classifica os que não têm renda desejável, os libertos e os criminosos numa mesma categoria, mascarando os sentidos de ‘libertos’ pelo ato constitucional da Monarquia brasileira.

Depois da abdicação de Pedro I, e mediante o perigo representado pelas rebeliões e levantes por parte dos escravos, conforme Neves & Machado (1999), a lógica das nacionalidades do século XIX fez com que a Regência tomasse algumas iniciativas para criar uma identidade nacional:

Urgia construir a nacionalidade brasileira, para garantir a integridade do Império e **preservar a ordem escravista**. Objetivo tão mais fácil de alcançar quanto mais consciente estivesse a própria elite da comunhão de seus interesses, de suas aspirações e de suas tradições. É nesse sentido que se pode compreender a criação de instituições, sempre sob o controle ou égide do poder central [...], assim como a composição das primeiras obras históricas, artísticas e literárias, que deveriam servir para moldar a personalidade do Estado-nação Brasil (Idem, 1999, p. 258). (Grifo nosso)

As relações entre homens livres, libertos e escravos, quer nas instituições, quer nos trabalhos domésticos, ou propriamente nas atividades desenvolvidas nos espaços públicos da cidade, foram retratadas em obras literárias, livros de historiadores, livros didáticos, em filmes, novelas/folhetins, obras artísticas de pintores famosos, compreendidos como os espaços de interpretação nos quais “os autores se inserem com seus gestos – e que os constituem enquanto autores – e derivam da sua relação com a memória (saber discursivo), interdiscurso” (ORLANDI, 2012a, p. 15).

Uma das obras que textualiza essas relações sociais, ainda que de forma romantizada é *A Escrava Isaura*, escrita por Bernardo Guimarães, em 1875, durante a campanha abolicionista. Essa obra que constitui o material analítico desta pesquisa, não chega a ser uma obra-denúncia, nem mesmo uma obra-libertária, mas coloca como heroína, pela primeira vez, uma escrava de cor branca para retratar, no interior de uma família

escravocrata, as relações entre a escrava e o seu senhor, do qual se liberta, através da carta de alforria, por meio de gestos de resistência.

O que era a alforria e como se dava a mudança jurídica do escravo, é o que passaremos a ver.

## **1.2 Entre a escravidão e a liberdade: a alforria**

Na sociedade escravocrata brasileira, o escravo não era considerado pessoa e sim objeto de direito, igualado a bens materiais. Dada a condição de desigualdade social, o escravo não podia “assumir uma posição-sujeito no acontecimento de linguagem que não fosse a determinada pelas instituições que o regiam” (ZATTAR, 2012, p.16).

O instrumento legal que dava ao escravo o direito de passar da condição de objeto de direito para a de sujeito de direito era a carta de alforria, também denominada de carta de liberdade, carta de manumissão<sup>4</sup> ou carta de emancipação. Albuquerque (2006, p.18) define a alforria como “um instrumento jurídico que permitia ao senhor libertar um escravo, a partir do qual o escravo assumia, em tese, uma nova personalidade civil, abandonando o estado de escravizado para retornar ao seu estado natural de liberdade”.

Segundo Mattoso (1985), a alforria existe em oposição à escravidão, significando que a escravidão é a repressão à liberdade, e a alforria, o documento de libertação do homem escravo.

A alforria foi uma prática comum no escravismo das Américas espanhola e portuguesa, em contrapartida os historiadores se dividem quanto à interpretação dos significados dessa prática. Enquanto alguns consideram a alforria como “benevolência dos senhores brasileiros” em relação aos escravos, outros argumentam que a alforria era concedida por um “imperativo econômico”, uma vez que os senhores brasileiros exploravam os escravos ao máximo, e “depois os vendiam pelo preço que pagaram ou, ainda, alforriavam os escravos velhos e doentes, eximindo-se do ônus de alimentá-los e tratá-los na velhice” (ALBUQUERQUE, 2006, p. 18).

---

<sup>4</sup> Conforme *Dicionário Houaiss* (2009, p.1238), *emancipação* é um termo do latim *manumissio* e significa liberdade concedida ao escravo romano, alforria legal de um escravo.

As cartas de alforria são documentos que instauram uma memória da escravidão e, na obra *A Escrava Isaura*, se caracterizam pela compra da liberdade da escrava Isaura, constituída por gestos de resistência ao assédio do seu senhor.

Conforme Santos (2008), a carta de liberdade tinha uma finalidade central que era o controle social de uma classe sobre a outra, além de demonstração de poder soberano; perpetuação da dependência e servilismo; era também um investimento comercial, e

não parece ter surgido nas sociedades escravistas como a brasileira um mecanismo de controle social tão eficaz quanto a alforria por carta, a qual funcionava como um troféu de um complexo jogo de prêmio e castigo, cujas regras eram ditadas pelo senhor: ao escravo obediente, a promessa de liberdade; aos rebeldes, a negação (Idem, p.45).

A carta de alforria produzia efeitos contraditórios quanto à manutenção dos escravos cativos, pacíficos e servis, “ao mesmo tempo que era revestida de dádiva, era em realidade um mecanismo de controle social” (OLIVEIRA, 1998, p.104). Assim, a carta de manumissão funcionava como um “imperativo econômico”, o que, na verdade, sem ela o escravo continuava a ser tratado como objeto de direito.

No Brasil, havia três modalidades de alforria: gratuita, onerosa e condicional<sup>5</sup>. A alforria gratuita, em geral, era dada a escravos considerados pelos senhores como fiéis e obedientes, geralmente escravos domésticos, ou ainda como agradecimento a algum tipo de serviço prestado. A alforria onerosa era concedida mediante pagamento, o escravo ou terceiros (padrinhos, amásios, mães) pagavam sua liberdade de acordo com a quantia estabelecida pelo senhor. Na prática, a alforria paga não era tão simples assim, uma vez que os escravos deveriam obedecer e ainda “recompensar seus donos por perderem esse serviço” (KARASCH, 1987, p.463). A alforria condicional ou sob restrições era dada pelo senhor conforme os seus desejos e ordem para que o escravo obedecesse e conseguisse a carta pelos “bons serviços prestados”, muitas delas “após a morte dos senhores”, o que na prática poderia ser mudado de acordo com a vontade dos herdeiros.

Desde o início da colonização, o sistema de escravização no Brasil conviveu com a possibilidade de libertação através da prática da alforria. O senhor ou representante legal redigia as cartas de concessão de liberdade, que continham “informações pessoais e físicas do cativo, os motivos pelos quais era alforriado, as modalidades de libertação, nome das

---

<sup>5</sup> Para maiores detalhes de modalidades de alforria, consultar Zattar (2012, p. 39-40).

testemunhas, data de registro”. Esse documento era guardado pelo forro ou liberto e registrado em cartório, “para a legalização plena da mudança de seu estatuto” (ZATTAR, 2012).

A expansão do escravismo no século XIX não ocorreu de acordo com os planos dos grupos sociais escravistas, uma vez que houve muita resistência e luta dos cativos<sup>6</sup> em cada lugar onde a escravidão floresceu. Após a Guerra do Paraguai, em 1870, houve um crescimento da campanha abolicionista, e o governo brasileiro, se sentido pressionado, publicou duas leis para “emancipar” parcela da população escrava do país.

A primeira foi a Lei do Ventre Livre (1871) ou Lei 2040<sup>7</sup>, de 28 de setembro de 1871, que declarava “livres” todos os nascidos a partir da data da publicação. Por outro lado é interessante observar o parágrafo 1º:

§ 1.º - Os ditos filhos menores ficarão em poder o sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão a obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, **o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos.** No primeiro caso, o Govêrno receberá o menor e lhe dará destino, em conformidade da presente lei. (Grifo nosso)

A enunciação dessa lei aparentemente ‘obrigava’ os senhores a criar e cuidar dos filhos das escravas até oito anos, em contrapartida se o Estado não indenizasse os senhores, os menores deveriam trabalhar até completar 21 anos, isto é, se a liberdade era condicionada, como um menor (oito anos) poderia sobreviver sem a mãe? Como afirma Zattar (2012, p.44), “uma lei que garante parcialmente um direito que de fato não poderá ser exigido, cumprido”, pois, libertava os filhos e não libertava a mãe.

De certa forma, a lei avança no “sentido de tratar pela primeira vez da questão da alforria, regulamentando-a através de um fundo de emancipação para a liberdade dos escravos” (Idem), o que significa dizer que o controle social ocorria sempre por meio de um instrumento jurídico.

<sup>6</sup> De acordo com Albuquerque (2006), entre as leis anti-tráfico de 1831 e a de 1850 ocorreu uma grande revolta escrava em Salvador, a Revolta dos Malês, o medo senhorial fez com que se reacendesse o debate sobre o tráfico africano.

<sup>7</sup> Santos (2008, p. 76), diz ainda que essa lei ficou conhecida como Lei Rio Branco, Lei dos Nascituros e popularmente como Lei do Ventre Livre. É também considerada “a primeira lei positiva brasileira que tratou de abolição/emancipação e alforria”.

Em relação à Lei do Ventre Livre, Giacomini (1988, p.31) diz que as proposições de liberdade do ventre escravo foram responsáveis por colocar em xeque a condição da escrava enquanto “coisa”, uma vez que gerou a inevitável contradição de um “seio escravo” gerar um ser livre. Foi preciso que os defensores da Lei Rio Branco fizessem a reinterpretção da questão da propriedade em relação aos escravos, diante da acusação de que a lei “roubava os fructos da besta escrava aos seus legítimos proprietários”. Mesmo temporariamente, a lei garantia um outro estatuto à escrava que passava de “mãe natural” para “mãe civil”<sup>8</sup>.

A enunciação da Lei Saraiva-Cotegipe ou Lei dos Sexagenários, Lei nº 3.270/1885, declarava livres os escravos com mais de 60 anos, o que em parte liberava os senhores dos escravos da obrigação de sustentar os idosos que sobreviviam à exploração de seu trabalho. Da mesma maneira que a lei anterior havia restrições como se pode observar nos parágrafos que destacamos abaixo:

§10. São libertos os escravos de 60 anos de idade, completos antes e depois da data em que entrar em execução esta lei, ficando, **porém**, obrigados a título de indenização pela sua alforria, a prestar serviços a seus ex-senhores pelo espaço de três anos. (Grifo nosso)

§15. O que se ausentar de seu domicílio será considerado vagabundo e apreendido pela polícia para ser empregado em trabalhos públicos ou colônias agrícolas.

Essas leis não puseram fim à escravidão, porém permitiram aos senhores de escravos ganhar tempo e adiar ao máximo a abolição definitiva, produzindo “uma teia de relações entre o Império, juristas e proprietários de escravos, que mantêm, entre si, a cumplicidade e o poder” (ZATTAR, 2012, p. 46).

Vejamos, a seguir, como a mulher livre e a mulher escrava eram tratadas na sociedade escravocrata.

---

<sup>8</sup> Giacomini (1988) explica que muitos adversários da proposta de emancipação do ventre indagavam se a lei “atenta contra a inviolabilidade da propriedade garantida na constituição”, o que ocasionou o questionamento da legitimidade do escravo enquanto propriedade e a atribuição, ainda que temporária, do estatuto de “mãe civil” à escrava.

### 1.3 A mulher livre e a mulher escrava no Brasil do século XIX

Em uma sociedade rigorosamente patriarcal como a brasileira, a mulher livre possuía poucos direitos, desde a infância vivia sob o domínio dos pais, e depois sob o domínio dos maridos<sup>9</sup>. O único espaço público no qual aparecia era a Igreja, daí a explicação para tanta devoção.

Sobre as condições sociais das mulheres livres, que viviam sob a vigília familiar, e das escravas (negras e mulatas), consideradas como “quase” pessoas, os viajantes fazem poucos comentários. Leite (1984, p.181) diz que “as mulheres negras e mulatas constituíam uma parte invisível da população aos olhos dos viajantes”, pois estes pareciam dominados pela condição de europeus de classe elevada ou média e se preocupavam apenas com o exotismo existente em dois níveis opostos: o das senhoras e o das escravas.

Enquanto muitos escritores realçavam a pureza das mulheres brasileiras, Freyre (1984, p.450) afirma que “a virtude da senhora branca apoiava-se em grande parte na prostituição da escrava negra”. A mulher vivia sob total dependência dos homens, numa espécie de semiclausura, era silenciada através dos padrões impostos pela estrutura familiar patriarcal da sociedade. Dessa forma, a mulher branca ‘livre’ era “obrigada a uma vida de reclusão e segregação”, tornando-se um “ser artificial, mórbido”, “uma doente deformada no corpo para ser a serva do homem e a boneca de carne do marido” (Idem, 2004, p. 208).

Cabia à mulher branca o papel de instrumento de fecundidade do marido, e que após vários partos, ficavam “deformadas” e logo substituídas “por escravas negras ou mulatas” (LEITE, 1984, p.44). As relações com a mulher negra não comprometiam a honra da família, uma vez que a escrava era considerada como “bem móvel”. Assim que nascia um herdeiro, os brancos passavam a viver com “pretas e mulatas, mais belas, de odor excitante e formas exuberantes<sup>10</sup>”.

---

<sup>9</sup> De acordo com Freyre (2004, p. 243), em alguns casos as moças casadas eram internadas nos conventos para que os maridos ficassem à vontade para viver com as amantes. Segundo Freyre (Idem), o viajante alemão Hermann Burmeister dizia que “muitos brasileiros internam suas mulheres, sem plausível razão, durante anos, em um claustro, simplesmente a fim de viverem tanto mais a seu gosto na casa de sua amante”.

<sup>10</sup> Leite (1984, p. 42) mostra que, em alguns relatos, os viajantes chegam a afirmar que a poligamia era “necessária”, pois o homem não poderia permanecer com uma “múmia repugnante e inútil para a sociedade”.

A socióloga Sônia Giacomini (1988) afirma que as relações entre senhor/escravo e senhora/escrava se realizaram de modo a exercer o poder pela força, em outras palavras, a violência e a agressão eram exercidas por maldade ou ciúmes. Nas relações entre senhor/escrava, esse poder geralmente era exercido através da sexualidade. A escrava além do trabalho, ainda era constrangida e humilhada, considerada “coisa, pau para toda obra, objeto de compra e venda” (Ibidem).

Em relação à educação, as mulheres pertencentes à elite aprendiam a ler e a escrever, bem como fazer alguns trabalhos manuais finos. Expilly (1853 *apud* LEITE, 1984, p. 73) diz que “é verdade que conservaram o cafuné e o chicote, prova de que elas não são as principais escravas da casa.” Dessa maneira, a submissão e a opressão limitavam as mulheres aos bordados, aos doces, à conversa com os escravos, uma vez que “seus prazeres são tão mesquinhos e raros como seus meios de instrução” (Idem, p.75). O diploma em uma sociedade iletrada era para a classe masculina, pois saber ler poderia prejudicar a moral e os bons costumes da época, evitando com isso o namoro por correspondência.<sup>11</sup>

Para as mulheres escravas, que já eram excluídas de todo e qualquer direito social, a educação era em relação ao trabalho, o qual se constituía em uma espécie de hierarquia interna da camada escrava, o que de acordo com Queiroz<sup>12</sup>(*apud* LEITE, 1984, p.184), demonstrava que a cor da pele era tida como uma espécie de diferenciação e ascensão social no meio da própria camada escrava, uma vez que “o trabalho de rua cabia às negras, enquanto o trabalho de costura e bordado ficava reservado às mulatas”.

De certa forma, as atividades das mulheres reproduziam essa estrutura diferenciada pela condição feminina, pois a escravidão fazia com que se desvalorizasse e se acentuasse o preconceito sobre as atividades femininas: o trabalho manual e a rua eram coisas de escrava e prostituta, e a mulher livre deveria ser reclusa ao lar. Conforme Freyre (2004) era o padrão duplo de moralidade que dava ao homem todas as liberdades de gozo físico do amor e à mulher apenas o papel de procriar.

Uma outra profissão que se constituiu em um paradoxo para as escravas era a de ama-de-leite, se por um lado, ao exercer essa atividade, a escrava obtinha vantagens de “comandar” os brancos, porque “uma indisposição, um simples mal-estar, tornam-se

---

<sup>11</sup> Vale frisar que, conforme o relato de J.B. Debret, em 1816, (*apud* FREYRE, 1998), as brasileiras inventaram uma linguagem simbólica das diferentes flores para corresponder com seus pretendentes, o que só foi substituído com o progresso da escrita.

<sup>12</sup> Maria I. Pereira de Queiroz ainda ressalta que “o romance *A Escrava Isaura*, cuja primeira edição datou de 1875, não foi tão fantasioso assim” (p.188).

desgraças sérias, pois podem influir na qualidade do leite”; por outro lado, representava a dor da separação da escrava do seu próprio filho<sup>13</sup>, “cada anúncio significa lágrimas, luto e desespero” (LEITE, 1984, p. 94).

De acordo com Freyre (1984, p.360), não era imposição da moda ter uma ama-de-leite, e sim uma necessidade, pois as mulheres brasileiras tinham “um filho atrás do outro dos machos insaciáveis” e a “escrava ama-de-leite era chamada da senzala à casa-grande para ajudar franzinas mães de quinze anos a criarem os filhos”.

Em contrapartida, Giacomini (1988) destaca que, na maior parte das publicações consultadas, havia algumas contradições e conflitos presentes quanto à presença de escravos na família branca, em especial em relação às amas-de-leite, vistas como “agente de corrupção da família branca”.

Após a proclamação da Independência e, sobretudo, no Segundo Reinado, com a intensificação da vida urbana, o requinte social se impõe, e lentamente ocorrem modificações na vida da mulher. Embora instituída em 1824, a primeira Constituição do Brasil excluía de votar a grande maioria dos homens (os que não tinham certos níveis de renda, os libertos, a totalidade das mulheres livres e escravas, os escravos), como mostra o artigo 92 do Capítulo VI, Das Eleições:

Art. 92- São **excluídos de votar** nas assembleias paroquiais:

1º) Os menores de 25 anos, nos quais se não compreendem os casados e oficiais militares que forem maiores de 21 anos, os bacharéis formados e clérigos de ordens sacras.

5º) Os que não tiverem renda líquida anual 100 000 por bens raiz, indústria, comércio ou emprego. (Grifo nosso)

Desde o começo do século XIX, o critério patriarcal e endogâmico de casamento não era bem aceito pelas filhas, pois os pais as obrigavam a casar entre iguais étnica, social e economicamente. As moças<sup>14</sup> deixavam-se raptar, o que em meados do século, esses “raptos marcam o declínio da família patriarcal no Brasil”, pois com isso marcava também a “ascensão da mulher, seu direito de amar independente de considerações de classe e de raça, de família e de sangue” (FREYRE, 2004, p.246).

<sup>13</sup> De acordo com Giacomini (1988), os filhos das escravas eram colocados na Casa da Roda ou Casa dos Enjeitados, instituição criada com o objetivo caritativo-assistencial de recolher as crianças abandonadas.

<sup>14</sup> Há relatos de que alguns pais ricos querendo guardar a pureza do sangue ou a fortuna, faziam as filhas tornarem-se freiras e as enviavam ao convento em Portugal. Ver Freyre (2004, p. 265).

Em relação às escravas, a formação de família foi dificultada, pois havia escassez de mulheres, e os senhores preferiam comprar homens na idade de produzir, criando assim um desequilíbrio entre o número de homens e mulheres.

De acordo com Leite (1984, p.22), a maioria dos viajantes fala da mulher brasileira referindo-se exclusivamente à branca, de família abastada:

Há os que ignoram a existência de filhas de imigrantes pobres, das mulatas e negras livres, enquanto outros não as classificam como mulheres ou nem sempre são capazes de levar em conta as contradições da vida paralela das diferentes camadas sociais.

A pesquisadora Maria Isaura Pereira de Queiroz (1984 *apud* LEITE, p.177-179) assegura que sendo as mulheres negras e mulatas consideradas “elementos inexistentes” nas sociedades de origem dos viajantes (europeus), seria de se “esperar que não faltassem em suas narrativas”, pois “a atenção e a falta de atenção dos viajantes passam a ser dados significativos, tanto em relação à sociedade com que se defrontavam quanto em relação a eles mesmos e ao mundo de que provinham”. Para Queiroz (Idem), a falta de comentários é por si só significativa, pois não existiria por parte dos viajantes nenhuma censura ao que se estava presenciando.

A autora ainda observa que viajantes como John Candler e Wilson Burgess<sup>15</sup>, em 1852, nos relatos sobre as fazendas de café que visitaram, dão a entender que o proprietário tomava ‘certos cuidados’ com as mulheres procriadoras, visto que o escravo era seu “bem móvel”.

De acordo com os lugares sociais das mulheres na sociedade patriarcal brasileira, a opressão era diferenciada, as mulheres ‘livres’ possuíam poucos direitos e muitos deveres, enquanto as mulheres escravas eram duplamente oprimidas pela condição de mulher e de escrava, no entanto, isso não significa que não houve luta e resistência nas relações em que se inseriam enquanto mulher e enquanto escrava, o que poderemos observar na obra em estudo.

No próximo item, abordaremos a escola literária à qual pertence a obra *A Escrava Isaura*.

---

<sup>15</sup> Conforme relatos dos autores em Leite (1984, p. 136).

## 1.4 O Romantismo no Brasil

O Romantismo, enquanto estética do século XIX, foi um fenômeno não só literário e artístico, mas revolucionário, que se formou a partir dos fatos históricos mais marcantes da virada do século XVIII: a Revolução Francesa, a Revolução Industrial e a política napoleônica. De acordo com Roncari, (1995, p. 286), “a visão de mundo romântica surge mais como uma reação ao novo que como a proposição de algo novo.”

No Brasil, “o Romantismo enquanto visão de mundo, viverá um processo de ajuste e adaptação”, na medida em que idealizava o mundo da natureza e do indígena, dando aos brasileiros os elementos com os quais podiam se identificar e que “era lícito transformar em símbolos da nacionalidade: as matas, os índios, a fauna e a flora.” (Idem, p. 289). O que, de acordo com Cereja e Magalhães (2005), permitiu um leque de possibilidades a ser explorado, como o indianismo, o regionalismo, a pesquisa histórica, folclórica e linguística, além das críticas aos problemas nacionais.

A dinamização da vida cultural da colônia instituiu algumas condições para o surgimento de uma produção literária mais consistente. Com a independência política, ocorrida em 1822, os intelectuais e artistas da época passaram a dedicar-se ao projeto de criar uma cultura brasileira identificada com suas próprias raízes históricas, linguísticas e culturais. Em relação à identidade da língua “nacional”, foi proposta por um deputado que “os diplomas dos médicos no Brasil fossem redigidos em *linguagem brasileira*”. O que se pretende é a busca da nacionalidade, como afirma Guimarães (2001, p. 24).

O que está em questão, não é somente a predominância de uma língua do Estado, mas a língua enquanto signo de nacionalidade, ou seja, em sua relação com a nação. E é neste sentido que será percebida a diferença da língua no Brasil em relação à língua em Portugal.

A respeito da língua nacional, Cândido (2006) observa que os escritores procuraram “definir conscientemente uma literatura mais ajustada às aspirações da jovem pátria”, dessa forma, “a literatura brasileira passa a ser encarada como algo a criar-se voluntariamente para exprimir a sensibilidade nacional, manifestando-se como ato de brasilidade” (Idem,

p.89). Os escritores tomaram para si o compromisso de definir nação, povo, língua e cultura brasileira, ou seja, a busca pela identidade nacional.

Ao se incorporar ao civismo da Independência, a literatura foi aceita pelas instituições governamentais, o que, para Cândido (2006, p.92), resultou em um “mecenato por meio da prebenda<sup>16</sup> e do favor imperial” ao mesmo tempo em que acolhia a atividade literária como função digna; podava-se “as suas demasias, pela padronização imposta ao comportamento do escritor”.

Esse pensamento é corroborado por Bosi (1982, p.109) que diz:

O grupo se afirmou graças ao interesse de Pedro II de consolidar a cultura nacional de que ele se desejava o mecenas. Dando todo apoio ao Instituto Histórico e ao Geográfico Brasileiro, criado nos fins da Regência (1838), o jovem monarca ajudou quanto pôde as pesquisas sobre o nosso passado, que se coloriram de um nacionalismo oratório, não sem ranços de conservadorismo, como era de se esperar de um grêmio nascido sob tal patronato.

Esse projeto exigia dos escritores o reconhecimento de nossa gente, nossa cultura, nossa língua e nossas tradições, mas sob “os olhares atentos” dos administradores. Das três etnias que formavam o povo brasileiro (o índio, negro e o branco), o índio foi escolhido para ser herói na literatura brasileira romântica. É interessante observar que o branco não poderia ser herói nacional, pois, segundo Cereja e Magalhães (2005, p.128), “isso entraria em choque com o sentimento nacionalista e antilusitano que surgiu após a Independência”.

O negro, o alicerce econômico da estrutura social brasileira, não poderia ser o herói porque seria “um contrassenso econômico e social elevá-lo à condição de herói, uma vez que muitos escritores faziam parte da classe dominante e compactuavam com o regime escravocrata” (Idem, p. 128).

Bosi (1992, p. 247), ao criticar o idealismo do Romantismo, diz que “a nação brasileira é – enquanto terra de escravos – uma nódoa no cenário feito de ondas de luz,

---

<sup>16</sup> Cf. *Dicionário Houaiss* (2009, p.1537), “prebenda” é um termo de origem latina que significa o que o Estado deve fornecer aos particulares em troca dos seus serviços, que funciona como uma extensão do poder do soberano.

verdes matas, céu de anil.” Como não falar do negro como parte integrante da sociedade brasileira, por que não dizer da instituição da escravidão<sup>17</sup> que perdurava por séculos?

O poeta Castro Alves, cujos versos representam um momento de evolução e transição da poesia brasileira, não retratou o herói negro, em particular, mas a escravidão dos negros, a opressão e a ignorância do povo brasileiro, revelando o desejo de mostrar o lado esquecido pelos primeiros românticos.

Antônio Cândido (1975, p.10) diz que os escritores buscavam ser os “fundadores”, queriam uma “nova forma de se fazer literatura”, e nessa ânsia “a literatura foi considerada parcela dum esforço construtivo mais amplo, denotando o intuito de contribuir para a grandeza da nação”. Isto é, “construir uma ‘literatura nacional’ é afã, quase divisa, proclamada nos documentos do tempo até se tornar enfadonha”.

Se o índio foi o herói escolhido pelo escritor José de Alencar, por que não falar do negro escravo, parte constitutiva da sociedade escravista brasileira? Estava estabelecido o “xadrez de oposições sem matizes”, como é possível verificar no dizer de Bosi (1996, p. 246):

Alencar ainda pudera fundir índio e português a golpes de folhetim ou no embalo da sua prosa lírica. Mas negros e brancos riscavam-se em um xadrez de oposições sem matizes. E para uma ideologia crítica, qual o imaginário?

Esse xadrez de oposições estava dividido entre a elite de brancos descendentes de europeus e os negros escravos descendentes de africanos. Em meio a essas oposições, o escritor Bernardo Guimarães escreve a obra *A Escrava Isaura* que tem como pano de fundo o regime escravocrata, que se passa no interior do Rio de Janeiro, em que a mão de obra escrava é amplamente utilizada nas lavouras – em especial nos cafezais, o motor da economia brasileira.

Bernardo Guimarães consolidou sua vocação para a literatura no ambiente acadêmico, fortemente influenciado pelas ideias do romantismo, no qual reuniam-se

---

<sup>17</sup> De acordo com Bosi (1992, p. 146 -148), a escravidão negra é tema dos sermões XIV, XVI, XX e XXVII, do Padre Antônio Vieira, nos quais “a vida do escravo semelha a Paixão de Cristo”. Porém, o autor faz uma observação: “A moral da cruz-para-os-outros é uma arma reacionária que, através dos séculos, tem legitimado a espoliação do trabalho humano em benefício de uma ordem cruenta. Cedendo à retórica da imolação compensatória, Vieira não consegue extrair do seu discurso universalista aquelas consequências que, no nível das práxis, se contraporiam, de fato, aos interesses dos senhores de engenho”.

também escritores como José de Alencar e Álvares de Azevedo, de quem Bernardo se tornou grande amigo.

O escritor desempenhou vários papéis sociais na sociedade escravocrata, formado em Direito, pertenceu ao grupo da secreta Sociedade Epicuária, que era mantido pelos estudantes influenciados pelos movimentos românticos da Europa. Em 1852, foi nomeado juiz municipal em Catalão (GO). Seis anos depois, mudou-se para o Rio de Janeiro onde passou a trabalhar como jornalista e crítico literário no jornal *Atualidade*. No período entre 1869 e 1883 publicou mais de dez romances, mas foi com o lançamento da obra *A Escrava Isaura*, em 1875, que Bernardo Guimarães foi elevado à condição de destaque no cenário literário nacional.

Massaud Moisés (2001, p. 198), em relação ao autor do romance *A Escrava Isaura*, diz:

O pensamento abolicionista de Bernardo Guimarães sai algo diminuído quando observamos que o interesse pela escrava Isaura resulta de sua beleza, não de sua condição. O ficcionista induz a pensar que a solução do problema da escravatura residia na existência de moços endinheirados e dispostos a casar-se com escravas formosas; portanto, uma questão de ordem sentimental. Fossem outros os predicados de Isaura, seu cativeiro não teria fim, como não tem o de outras mulheres da fazenda, incluindo Rosa, que havia sido de há muito a amásia de Leôncio, para quem fora fácil conquista.

Embora Bernardo Guimarães seja visto por vários críticos como um “contador de história” ou um escritor secundário da literatura brasileira, Antônio Cândido (1975, p. 242) vê nos textos de Guimarães uma dimensão histórica e nacional, na medida que “se o homem romântico surge como expressão de uma nova ordem social, moral, religiosa e econômica, e se ele exprime ao mesmo tempo a sua experiência individual, é porque se deixa envolver pelo clima do momento.”

No entanto, para esta pesquisa interessa-nos considerar a relação da linguagem com os sentidos, por considerar, assim como Orlandi (2012a, p.9), que “os sentidos não se fecham, não são evidentes, embora pareçam ser”.

## CAPÍTULO II

### QUADRO TEÓRICO

*O modo da língua funcionar é o modo do equívoco. É um modo que exige a configuração de uma posição, também contingente, que instala o lugar da interpretação do sentido. Interpretação que se dá a partir do equívoco que faz a língua funcionar.*

(Guimarães, 2010)

A proposta desta pesquisa nos instiga a discutir e a apresentar alguns conceitos na perspectiva teórica da Semântica Histórica da Enunciação, que toma como elementos o sujeito, a língua e a historicidade, a partir das filiações adotadas por Guimarães em *Os limites do sentido* (2010) e da *Semântica do Acontecimento* (2002), que inclui, além do sujeito e da língua, o real e a temporalidade.

A escolha do campo teórico para o desenvolvimento desta pesquisa se dá pela perspectiva de como essa teoria inclui o “excluído por Saussure no objeto dos estudos da linguagem”, a partir da construção do conceito de enunciação. A enunciação toma a linguagem em seu funcionamento e traz para o interior de suas reflexões a questão da subjetividade, da história, do social e do político.

De acordo com Guimarães (2010), a semântica se constitui como disciplina no século XIX, tendo como marco a obra *Ensaio de Semântica* (1897), de Michel Bréal (1897), que considerava que os estudos da linguagem se caracterizam por levar em conta os aspectos da significação, uma vez que a linguagem é considerada como um fenômeno humano, rompendo com a posição naturalista que considerava a linguagem como organismo – um quarto reino da natureza.

A partir daí a linguagem passa a ser tratada como um fenômeno histórico e a língua têm formas próprias para expressar o elemento subjetivo, “nesta perspectiva é que ele (Bréal) procura mostrar como advérbios, modos e tempos verbais, pronomes pessoais,

entre outros, são elementos que marcam a presença do elemento subjetivo quando se fala” (GUIMARÃES, 2010, p.16).

## 2.1 Semântica Histórica da Enunciação

Guimarães (2010) constrói a disciplina Semântica Histórica da Enunciação, a partir dos estudos desenvolvidos pelos linguistas franceses Émile Benveniste (2005, 2006) e Oswald Ducrot (1989).

O autor filia-se a Benveniste (Teoria da Enunciação), rejeitando a concepção psicologizante de sujeito (automação), enfatizando a inscrição da subjetividade na língua. A crítica de Guimarães à teoria benvenistiana se centra no tratamento dado ao “sujeito da enunciação como o que simplesmente e onipotentemente se apropria da língua”. Segundo o autor, “essa relação de apropriação não está exposta a nenhuma ambiguidade, a nenhum equívoco, pois a relação do signo é uma relação de necessidade” (Idem, 2010, p.47-48).

Guimarães filia-se a Ducrot (Teoria da Polifonia), num certo sentido, pelo conceito de sujeito polifônico e pela introdução da dimensão histórica da enunciação. A enunciação como um acontecimento histórico e momentâneo é criticável por Guimarães (2010, p.61), pelo fato de que “o histórico diz respeito somente à temporalidade, ou seja, a cada momento tem-se outro acontecimento”. Para o autor (Idem, p.66), “a significação é histórica, não no sentido temporal, historiográfico, mas no sentido de que a significação é determinada pelas condições sociais de sua existência”. Sendo assim, “o sentido deve ser tratado como discursivo e definido a partir do acontecimento enunciativo” (Ibidem).

Ao contrário de Benveniste e de Ducrot, Guimarães (1996) trata a enunciação numa perspectiva em que a semantização é considerada relativamente ao funcionamento da língua, considerando o sujeito como constituído na linguagem e pela linguagem:

a questão do sujeito ligada a uma concepção de enunciação que traz da formulação benvenistiana a afirmação de que a enunciação põe a língua em funcionamento. Ao mesmo tempo, considero que a língua funciona porque é afetada por sua exterioridade. Há uma alteridade constitutiva

do sentido que faz a língua funcionar. Esta alteridade é uma memória dos sentidos, é a interdiscursividade (Idem, p.102).

Diferentemente dos linguistas franceses, Guimarães (2002, 2010), ao definir a enunciação, acrescenta o elemento histórico-social na enunciação, mobilizando alguns conceitos da Análise do Discurso, porque entende que a relação do funcionamento da língua se dá com o interdiscurso, ou seja, o conjunto do dizível histórica e linguisticamente. Assim, define a enunciação como:

um acontecimento de linguagem perpassado pelo *interdiscurso*, que se dá como espaço de *memória*, no acontecimento. É, portanto, quando o indivíduo se encontra interpelado como sujeito e se vê como identidade que a língua se põe em funcionamento (Idem, 2010, p. 70).

Ao tratar do sentido, Guimarães abre diálogo com a Análise do Discurso, da qual mobiliza os conceitos de discurso e de interdiscurso para dizer que a enunciação tem uma determinação histórico-social.

Guimarães (1996, p. 102), a partir das definições de discurso e interdiscurso formuladas por Pêcheux e Orlandi (2012), diz que

o interdiscurso se define aí como uma relação que constitui e particulariza os discursos. Ou seja, não se trata de uma relação entre discursos definidos antes e em outro lugar, organizados depois como uma rede. E nesta medida, ‘o interdiscurso é o conjunto do dizível, histórica e linguisticamente’ (Idem)

Ao considerar o interdiscurso como a “memória do dizer, como o dizível”, Guimarães (2010, p. 67) diz que “o sentido em um acontecimento são efeitos da presença do interdiscurso, ou melhor, são efeitos do cruzamento de discursos diferentes no acontecimento”. E exatamente porque a língua está exposta ao interdiscurso, isto é, ao entrecruzamento de discursos é que a língua está exposta à não completude, à falha, ao engano, ao equívoco.

A inscrição do sujeito na linguagem se dá através da enunciação, entendendo, como Guimarães (2005, p.8), que a enunciação é “um acontecimento no qual se dá a relação do sujeito com a língua”, pois a significação é tomada “ao mesmo tempo como linguística, histórica e relativa ao sujeito que enuncia” (2010, p. 85).

Para o autor, não há qualquer possibilidade do sentido fora do caráter relacional da linguagem, em outras palavras, a linguagem faz sentido em relação com outros elementos e nas suas relações com o sujeito.

## **2.2 Semântica do Acontecimento**

Dando continuidade aos estudos da Semântica da Enunciação, Guimarães (2002), no livro *Semântica do Acontecimento*, conceitua a enunciação como um acontecimento no qual se dá a relação do sujeito com a língua, destacando que o acontecimento instala sua própria ordem, sua própria temporalidade. Nesta temporalidade o sujeito não é a origem do tempo, o sujeito é tomado na temporalidade do acontecimento.

### **2.2.1 Acontecimento e temporalidade**

Para o semanticista (2002, p. 12), é o próprio acontecimento que define uma temporalidade que lhe é própria produzindo diferentes sentidos através das relações linguísticas, visto que “o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação”.

Cada acontecimento é diferente porque organiza uma temporalidade díspar. É dessa forma que o presente e o passado encontram-se no acontecimento, como um memorável. Em relação ao conceito de memorável, Guimarães (2002, p.15) diz que “é preciso não confundir a memória de sentidos (memória discursiva: interdiscurso) do passado no

acontecimento (memorável de enunciações recortado pela temporalização do acontecimento)”.

Para Guimarães (2002, p.15), o “memorável de enunciações é recortado pela temporalização do acontecimento”, ou seja, “o memorável não é um conceito discursivo. Não se trata de um antes discursivo. É o passado pensado de maneira enunciativa e de acordo com o tempo do acontecimento” (SILVA, 2012, p. 4).

A temporalidade é um elemento decisivo na constituição do acontecimento, pois:

ela se configura por um presente que abre em si uma latência de futuro (uma futuridade), sem a qual nada é significado, ou seja, esta latência de futuro que, no acontecimento projeta sentido, significa porque o acontecimento recorta um passado como memorável (GUIMARÃES, 2002, p. 12).

A enunciação é abordada por Guimarães (2002, p.11-12) como acontecimento, que “não é um fato novo enquanto distinto de qualquer outro ocorrido no tempo”, mas o acontecimento que temporaliza, “o acontecimento que instala sua própria temporalidade”, pois todo dizer está exposto ao real, quer seja, “uma materialidade histórica do real”, visto que “enuncia-se enquanto ser afetado pelo simbólico e num mundo vivido através do simbólico”. Sendo assim, cada acontecimento enunciativo, ou cada enunciação, recorta o passado projetando um futuro, o interpretável.

### **2.2.2 O político e o espaço de enunciação**

Jacques Rancière (1995) entende o político ou a política como o conflito ou o litígio que resulta do desentendimento. A política é entendida por Rancière como um “embaraço”, ou seja, a política é a atividade que tem por princípio

a igualdade, e o princípio da igualdade transforma-se em repartição das parcelas de comunidade ao modo do embaraço: de quais coisas há e não há igualdade entre os quais? O que são essas “quais”, quem são esses quais? De que modo a igualdade consiste em igualdade e desigualdade? Tal é o embaraço próprio da política, pelo qual a política se torna um embaraço para a filosofia, um objeto da filosofia (Idem, 1995, p. 11).

De acordo com Machado (2011, p.56), “essa relação paradoxal de convívio entre iguais e desiguais produziria o “desentendimento” (*la mésestente*), compreendido como uma “certa situação de palavra” mas que não seria o mal-entendido”. O desentendimento seria “o conflito entre aqueles que não entendem do mesmo jeito as mesmas coisas”.

Rancière diz, ainda, que é através da disputa do dizer, do desentendimento, que surge o conflito:

Os casos de desentendimento são aqueles em que a disputa sobre o que quer dizer falar constitui a própria racionalidade da situação de palavra. Os interlocutores entendem e não entendem aí a mesma coisa nas mesmas palavras (Idem, 1995, p.12).

Sendo assim, o que determina a política não é a oposição, e sim o jogo, a disputa por meio da qual há o litígio instaurado pela falsa igualdade do povo:

A simples oposição entre animais lógicos e os animais fônicos não é pois, de forma alguma, o dado sobre o qual se funda a política. Ela é, ao contrário, uma aposta do jogo do próprio litígio que institui a política. No âmago da política, há um duplo dano, um **conflito** fundamental e nunca considerado como tal em torno da relação entre a capacidade do ser falante sem propriedade e a capacidade política (RANCIÈRE, 1995, p.36). (Grifo nosso).

Guimarães (2002), além de guardar relações com Rancière (1995) sobre o político enquanto dissenso, considera o político como Orlandi (1990), como conflito. Nessa perspectiva, para o autor o conflito é caracterizado

pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação do pertencimento dos que não estão incluídos. Deste modo o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento (Idem, p.16).

Dessa forma, o funcionamento enunciativo é político porque distribui nos espaços de enunciação os lugares de dizer, visto que o político é “a afirmação da igualdade, do

pertencimento do povo ao povo, em conflito com a divisão desigual do real, para redividi-lo, para refazê-lo incessantemente em nome do pertencimento de todos no todos” (GUIMARÃES, 2002, p.17).

No tocante ao espaço de enunciação, o autor (2002, p. 18) diz que os espaços de enunciação “são espaços “habitados” por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer”, e a língua é dividida no sentido de que ela é atravessada pelo político, ou seja, a língua “é normativamente dividida e é também a condição para se afirmar o pertencimento dos não incluídos, a igualdade dos desigualmente divididos” (Idem, p.18). Os espaços de enunciação são então definidos como:

espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços ‘habitados’ por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer (Ibidem, p. 18).

Como as cenas enunciativas se dão no espaço de enunciação, compreendemos que o espaço de enunciação é um espaço político, a divisão distribui desigualmente os falantes, isto é, os “sujeitos são divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer” (Idem). São espaços de dizer que existem porque os falantes estão constituídos por esta disputa das línguas e dos sentidos.

### **2.2.3 Cena enunciativa e a divisão do locutor**

Com relação às cenas enunciativas, Guimarães (2002, p. 23) as define como “os modos específicos de acesso à palavra dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas”. A cena enunciativa é um espaço particularizado, em que as figuras de enunciação assumem a palavra, mas de forma desigual, uma vez que “esta distribuição de lugares se faz pela temporalização própria do acontecimento. Neste sentido a temporalidade específica do acontecimento é fundamento na cena enunciativa” (Idem).

A cena enunciativa é o lugar onde, devido ao acontecimento enunciativo, os lugares são distribuídos, caracterizando assim uma deontologia particular à temporalização que se dá no acontecimento.

Os lugares enunciativos, segundo Guimarães (2002, p 23), são

configurações específicas do agenciamento enunciativo para “aquele que fala” e “aquele para quem se fala”. Na cena enunciativa “aquele que fala” ou “aquele para quem se fala” não são pessoas mas uma configuração do agenciamento enunciativo. São lugares constituídos pelos dizeres e não por pessoas donas de seu dizer.

Na relação de um enunciado com outros enunciados é que se dá a historicidade da língua. Ou seja, o enunciado é “uma unidade discursiva” que se constitui como elemento de uma prática social, na sua relação com o sujeito e com outros enunciados. Guimarães (2005, p.74) diz que “Só há um enunciado se houver mais de um. É impossível pensar a linguagem, o sentido, fora de uma relação. Algo só é linguagem com outros elementos e nas suas relações com o sujeito”.

Para o semanticista (2010), o sujeito é configurado como posição-sujeito constituído sócio-historicamente, determinado no/do acontecimento de que participa, pois, “ser sujeito de seu dizer, ser sujeito, é falar de uma posição de sujeito” (p.14). Isso implica dizer que a língua funciona na medida em que um indivíduo ocupa uma posição sujeito no acontecimento, e isto, por si só, põe a língua em funcionamento por afetá-la pelo interdiscurso, produzindo sentido.

No espaço de enunciação, definido como espaços constituídos de línguas e falantes, o falante é afetado pelos lugares sociais que o autorizam a dizer de um certo modo (locutor x), esse sujeito não é uma figura empírica, mas é uma figura política constituída nos espaços de enunciação. Guimarães (2002) retoma o que Ducrot chamou de polifonia da enunciação e define os termos locutor e enunciador, num outro quadro de categorias, no qual procura caracterizar não a multiplicação das figuras da enunciação, mas a sua divisão.

Para Guimarães (2002, p.23), “assumir a palavra é pôr-se no lugar de quem enuncia”, denomina de Locutor (com maiúscula), o qual define a fonte do dizer. “Ou seja, para o Locutor se apresentar como origem do que enuncia, é preciso que ele não seja ele próprio, mas um lugar social de locutor”. O lugar social de locutor é denominado de *locutor-x*, em

que “o locutor (com minúscula) sempre vem predicado por um lugar social que a variável x representa” (Idem, p.24).

Embora o Locutor se apresente como a origem, a fonte do dizer, ele desconhece que fala de um lugar social. Assim a figura do enunciador se representa como fora da história, ou seja, “ao fazer isso representa a linguagem como *independente* da história” (Idem, p. 25). Por isso, a cena enunciativa coloca em jogo os *lugares de dizer* ou como diz Guimarães (Idem, p.26), “os enunciadores<sup>18</sup>” que, embora se apresentem como fora da história, desconhecem que há uma memória de sentidos que os agenciam, “são lugares próprios de uma história”.

O autor classifica os enunciadores em:

Enunciador-individual, quando a enunciação representa o Locutor como independente da história; enunciador-genérico, quando a enunciação representa o Locutor como difuso num todos em que o indivíduo fala como e com outros indivíduos; enunciador-universal, quando a enunciação representa o Locutor como fora da história e submetido ao regime do verdadeiro e do falso (Idem, p.26)

Dessa maneira, os enunciadores são os lugares enunciativos produzidos pela língua em funcionamento, ou seja, o locutor é agenciado pela enunciação. Como afirma Guimarães (2010, p.70), “o sentido não é efeito da circunstância enunciativa, nem é só memória. Os sentidos são efeitos da memória e do presente do acontecimento: posições de sujeito, cruzamento de discursos no acontecimento.”

Destacamos ainda da Semântica do Acontecimento conceitos do termo “designação” formulados por Guimarães, com os quais trabalhamos para analisar a designação dada ao sintagma nominal “a escrava Isaura”.

Guimarães (2005, p.1) define a designação como

um processo enunciativo pelo qual falantes de uma língua, ao ocupar lugares sociais distintos na cena enunciativa, apropriam-se do real enquanto significado pelo próprio exercício da fala. Deste modo os

---

<sup>18</sup> Guimarães (2002, p. 24) chama o “lugar de dizer de enunciador”.

nomes que designam são modos de identificar o real e o sujeito, segundo esta partilha do mundo pela linguagem.

Ainda diz o autor (2011a) que “a designação é o sentido de um nome enquanto constituído pelas relações dele com as palavras dos textos em que ocorre”. Portanto, “é o sentido de um nome enquanto produzido pelas relações de integração em um texto” (Idem, p.58). É a partir do confronto de discursos que se dá a materialidade da língua:

O objeto é uma exterioridade produzida pela linguagem, mas não se reduz ao que fala dela, pois é objetivada pelo confronto de discursos. Em que sentido isto se dá? No sentido em que o objeto é constituído por uma relação de discursos. A sua materialidade é este confronto (GUIMARÃES, 2010, p.74).

### **3. Gestos de interpretação e resistência**

Apresentamos, ainda, alguns conceitos da Análise de Discurso de linha francesa que consideramos relevantes para a investigação empreendida em nosso estudo, que tem como um dos eixos os gestos de resistência da escrava aos impulsos do proprietário e senhor, como constitutivos da linguagem.

Pêcheux (1969 *apud* ORLANDI 2012a, p.18) diz que a interpretação é um gesto, isto é, “é um ato no nível simbólico”, que se dá porque o espaço simbólico é marcado pela incompletude, pela relação com o silêncio. A autora ainda nos diz que a relação do homem com os sentidos se exerce em diferentes materialidades, em processos de significação diversos como pintura, imagem, música, escrita, filme, romances, etc., isto é, a interpretação está presente em toda e qualquer manifestação da linguagem e não há sentido sem interpretação.

Segundo Orlandi (Idem, p. 18), através das diferentes formas de linguagem, somos levados a interpretar de modos distintos, pois os sentidos não são evidentes, embora

pareçam ser, sendo que “a interpretação é o vestígio do possível. É o lugar próprio da ideologia.”

Para a Análise do Discurso, a linguagem é pensada como mediação entre o homem e o mundo (simbólico), e o discurso é definido como “efeito de sentidos entre locutores”, (ORLANDI, 2012, p.32). Desse modo, “a ligação entre o que faz de um homem um ser simbólico e o homem como ser histórico está na interpretação”, uma vez que “o gesto de interpretação materializa a inscrição do sujeito em uma formação discursiva, isto é, constitui-se em uma posição. O sentido é sempre *sentido para*, e não *sentido em si*” (Idem, p. 95).

Entretanto, temos a sensação de evidência dos sentidos de uma palavra, pois conforme Pêcheux (2009, p.141), é a ideologia que interpela o indivíduo em sujeito. Ao mesmo tempo ela fornece as evidências através do “hábito” e do “uso”, evidências que fazem com que “todo mundo saiba” o que é um escravo e um senhor, ou seja, através dessa “transparência da linguagem”, o autor afirma que há um mascaramento do “caráter material do sentido” das palavras e dos enunciados.

Ao tratar da resistência no discurso, Pêcheux (2009, p.281) diz que “não há dominação sem resistência”, e ainda frisa que

primeiro prático da luta de classes, que significa que é preciso ousar se revoltar. Ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja: primado prático do inconsciente, que significa que é preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, é preciso ‘ousar pensar por si mesmo’.

Assim, podemos dizer que a resistência se dá no interior da história e no interior do sujeito. Como afirma Leandro Ferreira (2013, p. 03), “será então pela falha constitutiva no interior da língua, da história e do sujeito e da própria ideologia, que a resistência vai irromper, tornar-se visível, fazer presença”. Desse modo, observaremos a “ousadia” da escrava ao enfrentar seu dono, através das análises dos elementos linguísticos.

Leandro Ferreira (Idem, p. 2) trata o equívoco como resistência da língua e o inconsciente como forma de resistência do sujeito. Dessa forma, a autora afirma que “equívoco e inconsciente trabalham juntos apontando para os lugares da falha no seu corpo, já que ambos – língua e sujeito - se constituem mutuamente.”

Conforme Zoppi-Fontana (2005, p. 55), “é atentando para o funcionamento primordial da linguagem na luta ideológica, que podemos trabalhar teórica e politicamente formas diversas de resistência”, uma vez que é pelo discurso que podemos

compreender os efeitos contraditórios e paradoxais das evidências nos processos de identificação/subjetivação político-ideológica porque a existência do invisível e da ausência que trabalha internamente as relações de dominação/resistência está estruturalmente inscrita nas formas linguísticas (Idem).

Para Pêcheux (1978 *apud* ZOPPI-FONTANA, 2005, p. 55), “no terreno da linguagem, a luta ideológica de classes é uma luta pelo sentido das palavras, expressões e frases, uma luta vital para cada uma das classes que se confrontam ao longo da história até o presente”. Dito de outro modo, é pelo funcionamento da linguagem que a língua se torna o lugar de conflito, de tensão, de equívoco e de resistência.

Com esse cenário teórico, pretendemos compreender como se davam as relações históricas, sociais e de linguagem na obra *A Escrava Isaura*, no período escravocrata do Brasil, e a construção simbólica dos gestos de resistência na enunciação em que se inscrevem o senhor e a escrava a partir do olhar da literatura, ou seja, do olhar de um sujeito-autor da obra ficcional em estudo, pois conforme Orlandi (2012a, p.22), “ao significar o sujeito se significa, o gesto de interpretação é o que – perceptível ou não para o sujeito e /ou para seus interlocutores – decide a direção dos sentidos, decidindo, assim, sobre sua (do sujeito) direção”.

Para Dias (1995, p. 23), “o centro organizador da enunciação estaria, não no meio social que envolve o indivíduo, mas no fato de o indivíduo ocupar uma posição de sujeito em relação aos fatos de discurso”. “É essa posição relativa do sujeito aos fatos do discurso que apontamos como sendo a inscrição do sentido na história, a injunção à interpretação” (ORLANDI, 2012a, p.139).

Na perspectiva discursiva, o recorte é definido por Orlandi (1984, p.14) como “um fragmento da situação discursiva”. Guimarães (2010, 44), nos estudos enunciativos, o redefine como “um fragmento do acontecimento da enunciação”. O recorte não se trata de sequência, mas de formas linguísticas que aparecem como correlacionadas em virtude de

terem uma mesma relação com o acontecimento, independentemente da posição na sequência. Nesta pesquisa, adotaremos os procedimentos de análise considerando o funcionamento da linguagem, pensando nas condições em que os acontecimentos enunciativos se produzem. Assim:

- 1) Toma-se um recorte;
- 2) Interpreta-se seu sentido na relação que o texto está integrado;
- 3) Toma-se outro recorte e faz-se uma descrição;
- 4) Interpreta-se seu sentido na relação com o texto e com os outros recortes;
- 5) Busca-se um novo recorte, assim até que a compreensão produzida pelas análises se mostre suficiente para os objetivos propostos (GUIMARÃES, 2010, p. 45).

### CAPÍTULO III

## OS SENTIDOS DE LIBERDADE DA ESCRAVA ISAURA CONSTITUÍDOS POR GESTOS DE RESISTÊNCIA

*Não é pois pela magia, nem pela vontade, mas pela práxis que a resistência toma seu lugar.*  
(ORLANDI, 2012)

Propomos, neste capítulo, alisar como os sentidos de liberdade da escrava Isaura são constituídos por gestos de resistência ao assédio do seu proprietário, nas cenas enunciativas protagonizadas por Leôncio, herdeiro do cafezal, e por Isaura, a escrava que pertence legalmente a esse senhor, observando o movimento dos sentidos dos dizeres da escrava em sua existência social e histórica na sua relação com o herdeiro, por considerar que “é impossível pensar a linguagem, o sentido, fora de uma relação”, pois “Algo só é linguagem com outros elementos e nas suas relações com o sujeito (GUIMARÃES, 1989, p. 74).

Para situarmos as análises, faremos um breve relato a respeito do enredo. A obra *A Escrava Isaura* aborda a escravidão do Brasil no Segundo Reinado e, em especial, a vida de Isaura, escrava de origem negra, mas de pele branca, que foi criada e educada pelos proprietários da Fazenda onde vivia como pessoa ‘livre’ e, ao contrário de outras escravas, não fazia nenhum tipo de trabalho braçal. A escrava era dama de companhia de sua ‘dona’ que, antes de morrer, prometeu-lhe uma *carta de alforria*. Ao suceder os pais, Leôncio, ‘herda’ Isaura, e para mantê-la sob o seu poder, esconde a carta de alforria e passa a assediá-la. Para livrar-se dos constantes assédios, a escrava se defende, buscando de várias formas conquistar a sua alforria e, conseqüentemente, a sua liberdade.

A obra literária, da qual extraímos os recortes para analisar os gestos de resistência da escrava nas cenas enunciativas, pertence ao Romantismo, e embora o discurso da literatura se faça como ficcional, ele está inscrito na história.

Considerar o político em relação à linguagem nos instiga a considerar que uma palavra e/ou expressão em um enunciado e/ ou texto pode sempre ter outros sentidos, visto que “a condição da linguagem é a incompletude. Nem sujeitos nem sentidos estão completos, já feitos constituídos definitivamente”, como afirma Orlandi (2005, p.52).

No entanto, a autora nos mostra que o processo de significação mesmo sendo aberto é administrado, determinado, uma vez que “sujeitos, ao mesmo tempo, à língua e à história, ao estabilizado e ao irrealizado, os homens e os sentidos fazem seus percursos, mantêm a linha, se detêm junto às margens, ultrapassam limites, transbordam, refluem” (Idem, p.53).

### **3.1 Os gestos de resistência**

Os gestos de resistência nesta análise serão compreendidos como gestos simbólicos que se irrompem na e pela linguagem, pois segundo Pêcheux (2009, p. 281), “não há dominação sem resistência”, por entender que a resistência se dá no interior da história e do sujeito.

Nesse sentido, nas cenas enunciativas que vamos analisar se instala a tensão entre os personagens principais da obra, de um lado, o senhor da escrava que a assedia e a deseja como mulher, e de outro lado, a escrava, que o rejeita como homem. Ou seja, os locutores falam de distintos lugares sociais tensionados pelo assédio e pela resistência, cujos gestos, que se manifestam na linguagem, vão construir os sentidos de liberdade da escrava.

Para a análise, vamos tomar seis cenas enunciativas nas quais se inscrevem as figuras enunciativas representadas pela escrava Isaura e pelo herdeiro Leôncio, o proprietário da escrava. As cenas de enunciação, segundo Guimarães (2002, p.23), “são especificações locais nos espaços de enunciação”, um lugar simbólico em que passam “a valer direitos e deveres que, em boa medida, visam a orientar a relação daquele que fala com aqueles para quem se fala, relação que demanda representações do locutor, com produção de efeitos de sentido”, como enfatiza Dias (2007, p.261).

Tratando-se de um diálogo enunciativo, vamos considerar os recortes constituídos de sequências enunciativas, enquanto unidades de sentido que integram um texto.

Passemos às análises dos recortes.

### Recorte 01

**SE1** – **Agora** mais que **nunca**. Meu pai é falecido e não ignoras que sou eu o seu único herdeiro. Malvina, por motivos que sem dúvidas terás adivinhado, acaba de abandonar-me e retirou-se para a casa de seu pai. Sou eu, pois, que hoje unicamente governo nesta casa e disponho do **teu** destino. **Mas também**, Isaura, de tua vontade unicamente depende a tua felicidade ou a tua perdição. (B. GUIMARÃES, 2004, p. 56, grifo nosso)

**SE2** – Eu, senhor?! Oh! Por quem é, **deixe** a humilde escrava em seu lugar; lembre-se da senhora D. Malvina, que é tão formosa, tão boa e que tanto lhe quer bem. É em nome dela que lhe peço, meu senhor: **deixe** de abaixar seus olhos para uma pobre cativa, que *em tudo* está pronta para lhe **obedecer**, *menos nisso* que o senhor **exige**. (Idem, grifo nosso)

O recorte acima mostra uma das primeiras investidas do senhor contra a escrava, e retoma como memorável os novos lugares sociais de Leôncio, como herdeiro da fazenda pela morte de seu pai, e de homem ‘livre’, pelo abandono de sua esposa. E é dessa posição que passa a falar com a escrava.

Na sequência enunciativa 01, o locutor-Leôncio, afetado pelos sentimentos que nutre há um bom tempo pela escrava e pela nova posição que desfruta na fazenda, de herdeiro e abandonado pela esposa, dirige-se à escrava dizendo: “Agora mais que nunca. Meu pai é falecido e não ignoras que sou eu o seu único herdeiro”. Nesse enunciado, a expressão temporal “Agora mais que nunca” nos faz pressupor que a escrava tem conhecimento que ‘legalmente’ pertence ao herdeiro e que está sob seu domínio. Na sequência, o herdeiro complementa dizendo: “e disponho do **teu** destino”, significando que a vida da escrava está assujeitada à vontade do senhor.

O enunciado “Mas também [...], de tua vontade unicamente depende a tua felicidade ou a tua perdição” significa que, além de dispor do destino da escrava, impõe que a felicidade, a entrega ao senhor, e a perdição, os futuros castigos, dependem exclusivamente da vontade da escrava. Nessa tensão, é imposto à escrava a escolha de seu destino: ceder aos impulsos do senhor ou ser tratada como as outras escravas da fazenda. Nesse enunciado, o operador “Mas também” adiciona argumento a favor de uma mesma conclusão, ou seja, adiciona argumentos a favor da sedução.

Na SE2, o locutor-escrava Isaura, surpresa com a decisão que lhe é imposta, enuncia em tom exclamativo: “Eu, senhor?!”. Esta expressão interjetiva evoca a condição da escrava e os sentimentos da esposa para com o senhor da fazenda, e pode ser parafraseada por “Por que eu senhor?”. Na sequência, o locutor-escrava contra-argumenta as investidas do senhor, destacando as qualidades da esposa, na tentativa de afastá-lo da ideia da conquista.

Em “lhe peço, meu senhor: deixe de abaixar seus olhos para uma pobre cativa, que em tudo está pronta para lhe obedecer, menos nisso que o senhor exige” (SE2), um dos argumentos da escrava é a súplica em nome da esposa para que o senhor deixe de olhá-la, súplica presentificada pelos verbos “peço”, no presente do indicativo; e “deixe”, no modo imperativo. Esse modo de reagir, pedindo em nome da esposa que a deixe de olhar, passa a constituir os gestos de resistência, numa relação de tensão entre os interlocutores.

No enunciado “que em tudo está pronta para lhe obedecer, menos nisso que o senhor exige”, a tensão entre os interlocutores chega ao limite. Ou seja, a escrava se dispõe a obedecer-lhe “em tudo”, exceto no que entendem igualmente, representado por “menos nisso”.

Parafraseando Orlandi (2012a), podemos dizer que os gestos de resistência deslocam sentidos, desconstruindo os efeitos do já dito, em direção à outra significação, ainda inédita para o senhor da escrava: a desobediência.

O operador universal “tudo”, no enunciado, pode significar o cumprimento de todas as ordens em oposição ao “menos nisso”, que não está dito mas, está significando a rejeição da escrava à sujeição sexual.

Enquanto o sociólogo Freyre (1998) vê a relação escrava/senhor de forma romantizada, Giacomini (1988) discorda dessa interpretação e afirma que, na sociedade patriarcal e escravista, a mulher escrava, além de objeto de direito, era também objeto sexual: “a sexualidade da escrava aparece para o senhor livre de entraves ou amarras de

qualquer ordem, alheia à procriação, às normas morais e à religião para ser apropriada num só aspecto: objeto sexual” (Idem, p. 62).

Os gestos da escrava evidenciados na linguagem ficcional constituem os gestos de resistência que passam a ser vistos como uma relação necessária, e que intervêm na relação do sujeito com o mundo social, mesmo que ele não saiba, pois ceder significa manter a condição de escrava, e desobedecer significa a luta pela liberdade.

## Recorte 02

**SE1** - Escuta, Isaura; és muito **criança** e não sabes dar às coisas o devido peso. Um dia, e **talvez** já tarde, te arrependerás de ter rejeitado o meu amor.

**SE2 - Nunca!** – exclamou Isaura – Eu cometeria uma traição infame para com minha senhora **se** desse ouvidos às palavras amorosas do meu senhor. (Idem, p. 56, grifo nosso).

No recorte 02, o diálogo entre o senhor e a escrava prossegue como um jogo de sedução e rejeição, de um lado, o locutor-senhor argumenta que Isaura é infantil, portanto, incapaz de tomar decisões que a favoreçam; e de outro, o locutor-escrava que se contrapõe aos argumentos do senhor.

A conjunção “e” no enunciado “Um dia e talvez já tarde, te arrependerás de ter rejeitado o meu amor”, funciona como o operador “mas”, e projeta uma futuridade de que a rejeição trará arrependimentos. Pois, de acordo com Guimarães (2007, p. 45), em alguns casos o “e tem função de *mas*” e “leva na direção de se considerar a necessidade de uma correlação modal entre as orações” (Idem, p.46).

Na SE1, a rejeição aos sentimentos do senhor, por parte da escrava, produz o efeito de uma ameaça, considerando o lugar social de proprietário da escrava, que pode dispor de seu destino.

Na SE2, o locutor-escrava nega/rejeita, de forma enfática, os argumentos do senhor, empregando a forma exclamativa e negativa “Nunca!” que funciona como gesto de resistência. Esse gesto se contrapõe à possibilidade de traição, caso a escrava desse ouvido aos caprichos do senhor pelo funcionamento da condicional “se”.

### Recorte 03:

SE1 Escrúpulos de criança! ... Meu pai, – Deus lhe perdoe-, levado por uma sórdida avareza, queria vender tua liberdade por um punhado de ouro, como se houvesse ouro no mundo que valesse os inestimáveis encantos de que os céus te dotaram... Eu repeliria, como quem repele um insulto, todo aquele que ousasse vir oferecer-me dinheiro pela **sua liberdade**. *Livre és tu*, porque Deus não podia formar um ente tão perfeito para votá-lo à escravidão. *Livre és tu*, porque assim queria minha mãe e assim o quero eu. **Mas**, Isaura, o meu amor por ti é imenso; eu não posso, eu não devo **abandonar-te ao mundo**.

SE2 - Perdão, senhor; eu **não** posso compreendê-lo; diz-me que *sou livre e não* permite que eu vá onde quiser e **nem mesmo** que eu disponha livremente de meu coração? (Idem, p.57)

Na sequência enunciativa 1 do recorte acima, a resistência da escrava aos apelos do senhor é designada de “Escrúpulos de criança! ...”. Para conquistar a escrava, o locutor-proprietário emprega vários argumentos que se fundamentam na avareza do pai na pretendida venda da escrava e na repulsa a quem pretendesse comprar a sua liberdade. No entanto, o argumento mais forte é a declaração do seu amor pela escrava que o impede de abandoná-la ao mundo, isto é, de libertá-la, de torná-la livre das garras de seu senhor.

O enunciado “Livre és tu, porque Deus não podia formar um ente tão perfeito” pode ser parafraseado por “Tu és livre porque és perfeita”. Como afirma Orlandi (2005, p. 30), “os dizeres são efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz”. Pois conforme a autora, o dizer tem a ver com sua exterioridade, “as margens do dizer, do texto, também fazem parte dele” (Idem).

Em “**Mas**, Isaura, o meu amor por ti é imenso [...]”, o operador “Mas” contrapõe argumentos orientados para conclusão contrária, ou seja, de acordo com Guimarães (2007, p. 209), “orientar argumentativamente é, assim, conduzir incessantemente o texto para seu futuro, para seu fim (final/finalidade). A orientação argumentativa se dá como uma

exigência da futuridade do acontecimento.” O locutor-Leôncio, ao declarar seu amor, tenta convencer a escrava de que ela é livre, mas não pode ser abandonada ao mundo.

Para Guimarães (2007, p. 209), “um argumento não é algo que indica um fato que seja capaz de levar a uma conclusão. Um argumento é um enunciado que, ao ser dito, por sua significação, leva a uma conclusão (uma outra significação)”.

Na SE2, o locutor-escrava Isaura, ao questionar o seu lugar social em relação à liberdade que lhe é imposta, de livre e de não livre ao mesmo tempo, se constitui na cena no lugar social de locutor-mulher e não de escrava.

Segundo Guimarães (2013, p.14), “a diretividade argumentativa da pergunta é a mesma da negação”, dito de outro modo, ao questionar sobre sua liberdade, a escrava já está negando que é livre. Com a interrogativa sobre sua liberdade, o dizer do locutor-escrava instaura o memorável de que o escravo não dispunha de seus direitos sociais de ir e vir livremente e muito menos de enunciar na mesma cena em que estivesse inscrito o seu senhor.

Compreendendo como Orlandi (2012a, p. 84) que “a interpretação é um gesto, ou seja, ela intervém no real do sentido”, o gesto de resistência da escrava ao questionar sobre a ambiguidade de sua condição livre/submissa, intervém no real, em um espaço de enunciação de uma sociedade patriarcal escravocrata que “determina e legitima a dominação do homem sobre a mulher” (GIACOMINI, 1988, p. 66) até mesmo as mulheres livres eram submissas aos homens.

Embora a escrava Isaura pertencesse ao senhor Leôncio, o seu lugar social é o de um Locutor que tem conhecimento de sua condição, e que enuncia determinada pelos lugares sociais que a constituem: escrava e livre.

#### **Recorte 04**

SE1– Isaura, se o quiseres, **não será somente livre; serás a senhora, a deusa desta casa.** Tuas ordens, quaisquer que sejam, os teus menores caprichos serão pontualmente cumpridos; e eu, melhor do que faria o mais terno e o mais leal dos amantes, te **cercarei** de todos os cuidados e carinho, de todas as adorações que sabe inspirar o mais ardente e inextinguível amor. Malvina me

abandona! ... Tanto melhor! Em que dependo eu dela e de seu amor se te possuo?!

SE2- O que o senhor acaba de dizer **me horroriza**. Como se pode esquecer e abandonar ao desprezo uma mulher tão amante e carinhosa, tão cheia de encantos e virtudes, como sinhá Malvina? Meu senhor, perdoe-me se **lhe falo com franqueza**; abandonar uma mulher bonita, fiel e virtuosa por amor de uma pobre escrava seria a mais feia das ingratidões.

SE3 - **Cala-te, escrava insolente!** – bradou, cheio de cólera. – Que eu suporte sem irritar-me os teus desdêns e repulsas, ainda vá: **mas repreensões!** ... **Com quem pensas tu que falas?** .... (Idem, p. 57)

O recorte 04 é composto por três sequências enunciativas. Na SE1, o locutor-herdeiro, com o intuito de conquistar a escrava, propõe-lhe uma vida de liberdade e conforto desde que satisfaça os desejos dele. O seu dizer projeta uma futuridade, a possibilidade de cercar a escrava de “cuidados e carinhos”, com direito até mesmo à liberdade e/ou um lugar de senhora na sociedade escravocrata. Porém, há uma contradição, pois o dizer do locutor-proprietário coisifica a escrava ao dizer “te possuo”, quer seja, mesmo cercando-a de cuidados, ela continuaria no mesmo lugar social de escrava herdada por ele.

Na SE2, o dizer da escrava “O que o senhor acaba de dizer me horroriza” demonstra aversão aos dizeres do locutor-herdeiro, e, ancorando-se nas virtudes da sinhá Malvina, rebate os argumentos do senhor “com franqueza”. Aqui os gestos de resistência se fundam no horror ao que é dito e na “franqueza” com que é rebatido.

No recorte em estudo, o dizer da escrava é legitimado, e o que diz produz o efeito impensado da ousadia em repreender o seu dono. Esse gesto de resistência da escrava retoma o dizível, o enunciável de sua condição anterior na fazenda, criada como filha da antiga proprietária que desfrutava dos mesmos direitos que sua dona. E é desse lugar social que o locutor-escrava rebate/rejeita as declarações de amor do seu senhor.

O enunciado “lhe falo com franqueza” instala o conflito no centro do dizer, e coloca o lugar da escrava em evidência na cena enunciativa, ou seja, não é do lugar de escrava que Isaura diz “lhe falo com franqueza”, mas de um novo lugar que se constituiu para ela pelos gestos de resistência. Aqui, os sentidos das relações entre o proprietário que julga que tudo pode dizer e o escravo que deve obedecer mudam, se rompem; ou seja, nessa nova posição, a escrava desobedece ao “falar com franqueza” ao seu senhor.

Na SE3, o tom do locutor-herdeiro muda, e a tensão entre os interlocutores chega ao limite, ou seja, o locutor-proprietário deixa os galanteios de lado, e grita cheio de cólera: “Cala-te, escrava insolente!” Essa mudança é determinada pelos gestos de resistência pela formulação da escrava: “lhe falo com franqueza”. Ou seja, os gestos de repreensão determinam a mudança na posição do locutor-proprietário de galanteador para arrogante, sustentada pela posição da escrava que se coloca como locutor que fala do lugar social de livre que nem o seu proprietário.

O enunciado interrogativo “Com quem pensas tu que falas?” nos remete a Pêcheux (1993, p. 82-83) que diz que “há um jogo de imagens que funciona quando há inscrição do sujeito num determinado lugar social”, e essas “posições” assumidas pelos enunciadorees são chamadas de “formações imaginárias”. Muitas vezes esses discursos tendem a ser persuasivos, como explica Orlandi (2006, p.16):

O mecanismo de antecipação é em grande parte o responsável pela argumentação. E a troca de linguagem, por este mecanismo, se assemelha a um grande jogo de xadrez em que aquele que consegue melhor antecipar-se a seu interlocutor é melhor orador, mais eficiente com a palavra (Idem).

Nas palavras de Pêcheux (1993, p.82), “O que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro”.

Pêcheux (Idem) diz que a antecipação das representações do outro ou o jogo das formações imaginárias é a imagem que o sujeito faz do assunto, de si mesmo, do outro. Cada um prevê as expectativas de seu alocutário.

Assim, a imagem simbólica que o locutor-proprietário faz de sua inscrição em seu lugar social, projeta uma série de imagens do locutor-escrava, produzindo efeitos de sentido, em que se inscreve o memorável que o escravo não poderia “reprender” o seu

‘dono’; o que implica na questão “quem sou eu para que ele me fale assim?”, dito de outro modo, a escrava sendo objeto de direito não poderia questionar/reprender o seu senhor.

### Recorte 05

SE1- E, entretanto, se te mostrares mais branda comigo... **Mas não**, é muito aviltar-me diante de uma escrava; que necessidade tenho eu de pedir aquilo que de direito **me** pertence? Lembra-te, escrava ingrata e rebelde, que em corpo e alma **me pertences**, a mim só e a mais ninguém. És **propriedade minha**; um vaso que tenho entre as **minhas** mãos e que posso usar dele ou despedaçá-lo a meu sabor.

SE2- Pode despedaçá-lo, meu senhor; bem o sei; **mas**, por piedade, **não** queira usar dele para fins impuros e vergonhosos. A escrava também tem coração e **não é** dado ao senhor querer governar seus afetos. (Idem, p.58)

Na SE1 da cena enunciativa 05, o dizer do locutor-proprietário instala o desejo de convencer a escrava a ser mais flexível cedendo à pressão dele, e na sequência o emprego das reticências indica que a fala foi interrompida, e o dizer do locutor-proprietário toma outra direção, produzindo uma dispersão de sentidos.

No enunciado “*Mas não, é muito aviltar-me diante de uma escrava*”, o operador argumentativo *mas* funciona pelo já-dito de que o dizer do escravo não tem legitimidade, dada a sua condição de objeto de direito na sociedade escravocrata. Pois na ótica de Guimarães (2007, p.211), “o memorável (o passado de enunciações realizadas) sustenta a relação de orientação argumentativa e assim projeta como interpretar o futuro do texto”.

Nesse enunciado, a contradição instala o conflito no centro do dizer, pois de acordo com Guimarães (2002, p. 16):

O Político está assim sempre dividido pela desmontagem da contradição que o constitui. De tal modo que o estabelecimento da desigualdade se

apresenta como necessária à vida social e a afirmação do pertencimento, e de igualdade, é significada como abuso, impropriedade.

No enunciado interrogativo “que necessidade tenho eu de pedir aquilo que de direito me pertence?”, estamos diante do funcionamento da contradição própria do político, que conforme Guimarães (2002, p.17), “Ele (o político) se constitui pela contradição entre a normatividade das instituições sociais que organizam desigualmente o real e a afirmação de pertencimento dos não incluídos”. Esse desentendimento significa “o conflito entre aqueles que não entendem do mesmo jeito as mesmas coisas” (MACHADO, 2011, p. 56). Ou seja, há uma disputa pelo dizer, nessa relação paradoxal de convívio entre iguais e desiguais é que se é produzido o desentendimento.

De acordo com Foucault (1995), não existe passividade nas relações de poder, porque ao mesmo tempo em que se faz uma imposição, há uma reação contrária, uma resistência: “não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual; toda relação de poder implica, então pelo menos de modo virtual, uma estratégia de luta” (Idem, p. 248).

Os enfrentamentos do locutor-escrava constituem gestos de resistência, nos quais se marca como sujeito de seu dizer, pois de acordo com Leandro Ferreira (2013), a resistência se dá no interior da história e no interior do sujeito, e ainda afirma a autora que a resistência se torna visível “pela falha constitutiva no interior da língua, da história e do sujeito” (Idem, p.3).

Os gestos de resistência do locutor-escrava são interpretados como uma reação à imposição do seu interlocutor, pois a resistência do sujeito “está de um lado, vinculada à relação entre forma-sujeito-histórica e individuação pelo Estado; do outro, pelo processo de **identificação do sujeito** individuado com a formação discursiva em sua vinculação ao interdiscurso” (ORLANDI, 2012b, p. 230 - Grifo nosso).

A escrava ao se posicionar como sujeito individuado não se identifica como objeto, e constitui outra posição sujeito através de gestos de resistência.

### **Recorte 06:**

SE01- Todo o **teu ser é escravo**; teu coração obedecerá, e se não cederes de bom grado, tenho por mim **o direito e a força**... Mas para quê? Para te possuir não vale a pena empregar esses meios extremos. Os instintos do teu coração são rasteiros e abjetos, como a tua condição; para te satisfazer far-te-ei mulher do mais vil, do mais hediondo dos **meus negros**.

SE02- Ah! Senhor! Bem sei **de quanto** é capaz. Foi **assim** que seu pai fez morrer de desgosto e maus-tratos a minha pobre mãe; já vejo que me é destinada a mesma sorte. **Mas** fique certo de que **não** me faltarão **nem** os meios **nem** a coragem para ficar para sempre **livre do senhor e do mundo**. (Idem, p.58)

Na sequência enunciativa 1 do recorte acima, os dizeres do locutor-herdeiro, indignado com os gestos de resistência/rejeição da escrava, evocam o interdiscurso de que a escrava não tinha direito de ‘escolha’. Entre a rejeição da escrava em ceder ao assédio do senhor e a vingança por não ter conseguido conquistar o coração da escrava, instala-se novo conflito entre os interlocutores.

Conforme Giacomini (1988, p.70), “a possibilidade sempre presente, concretizada ou não, independente de sua vontade, de ser solicitada sexualmente pelo senhor sem recusa possível, foi, sem dúvida, uma contingência com a qual a escrava teve que conviver”. A socióloga toma como exemplo um recorte de jornal que diz: “Uma escrava é obrigada a ceder aos desejos libidinosos de seu senhor para não se expor, com a recusa, a toda sorte de torturas” (*O Americano*, 2/04/1851). A autora ainda afirma que na sociedade escravocrata brasileira o corpo da mulher escrava era “agente de estupro institucionalizado” (Idem, p.79).

Em “Mas para quê?”, o locutor-proprietário se nega a obter a escrava à força, justificando que esses “meios extremos” não seriam necessários dado o lugar social ocupado por ele e pela escrava. E para vingar-se da escrava diz: “far-te-ei mulher do mais vil, do mais hediondo dos meus negros”.

A relação de forças entre o senhor e a escrava nos remete a Orlandi (2005, p. 39) que diz: “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz”, isto é, o locutor-

proprietário fala do lugar de dono da escrava, e nessa relação de força hierarquizada, o dizer do dono ‘vale’ mais que o dizer da escrava.

A SE2 rememora o sofrimento e morte da mãe do locutor-escrava causado pelo antigo proprietário, e que agora o sofrimento se repete através do filho em relação à escrava Isaura. Ainda na sequência 02, a escrava contra-argumenta, colocando-se no lugar de enfrentamento com o seu proprietário para conquistar a sua liberdade.

À medida que os gestos de resistência da escrava vão se constituindo, um novo lugar social se abre para a escrava, o de mulher que conhece os seus direitos e luta por eles, e será nessa nova condição, que ela vai lutar pela sua liberdade através da alforria.

A escrava, ao resistir às investidas do senhor, cria uma nova forma de protestar, por meio de gestos de resistência que passam a constituir uma “relação necessária e que intervém decisivamente na relação do sujeito com o mundo” (ORLANDI, 2012a, p. 20).

## CAPÍTULO IV

### AS DESIGNAÇÕES DO SINTAGMA NOMINAL A *ESCRAVA ISAURA*

*As designações têm em geral, um papel muito importante que não se reduz ao papel de indicar a existência de algo em algum lugar, nem mesmo ao de servir de rótulo para alguma coisa. Um nome, ao designar funciona como elemento das relações sociais que ajuda a construir e das quais passa a fazer parte.*

(Eduardo Guimarães, 2003)

Neste capítulo propomos analisar como se dá processo de *designação* do sintagma nominal “a escrava Isaura”, nos enunciados que integram o texto da obra *A Escrava Isaura*, por considerar que a designação, enquanto significação de um nome exposto ao real, muda, altera, se apaga, o que dá à designação uma relação semântica instável. Para a análise das designações, tomamos o sintagma nominal “a escrava Isaura”, primeiro por reescrever o título da obra homônima, e segundo, por referi-la, mesmo quando o sintagma não aparece nos recortes selecionados.

A disciplina teórica Semântica do Acontecimento, formulada por Guimarães (2002, 2005), considera que “a análise do sentido da linguagem deve concentrar-se no estudo da enunciação, ou seja, no acontecimento do dizer”. Assim, “não há como considerar que uma forma funciona em um enunciado, sem considerar que ela funciona num texto, e em que medida ela é constituída do sentido do texto” (Idem, 2002, p.7).

Ao tomarmos a obra literária como texto, apresentamos o conceito de texto em três perspectivas teóricas: funcionalista, discursiva e enunciativa. Considerando que a enunciação se constitui pela relação do funcionamento da linguagem com a sua “exterioridade”, procuraremos compreender a importância da análise de texto enquanto “prática fundamental para pensar aspectos da história, da vida atual, do conhecimento em geral” (Ibidem, 2011, p. 12).

#### 4.1 O texto

Ao abordar os estudos textuais, Guimarães (2011) apresenta algumas teorias que têm privilegiado as relações chamadas de *coesão e coerência*, enfatizando o funcionalismo aberto por Halliday e Hassan (1976), por entender que esses autores consideram o texto como uma *unidade semântica*, dada a relação de *coesão*.

Halliday (1998, p.179) conceitua o texto como produto de seu entorno e funciona vinculado a esse contexto; ou seja, “texto é significativo e significado é opção, uma corrente contínua de seleções”. Como unidade do processo semântico, o texto pode mostrar padrões de relação com a situação, os quais constituem, então, o registro. De acordo com Fuzzer e Cabral (1998), o registro é a configuração de significados que acontece por causa da situação.

Para Halliday (1998 *apud* FUZZER & CABRAL, p. 13),

Toda língua funciona em contextos de situação e pode vincular-se a esses contextos. A questão não consiste em saber quais peculiaridades de vocabulário, de gramática ou de pronúncia podem considerar-se diretamente por referência à situação; a questão é que tipos de fator de situação determinam quais tipos de seleção do sistema linguístico.

Para Halliday e Hassan (1976 *apud* EGGINS, 2004, p.28), “um texto é uma unidade SEMÂNTICA: não uma unidade da forma, mas do significado”. Isto é, se o texto se apresenta como uma *unidade semântica*, é dotada de *coerência*. Sendo assim, o termo técnico ‘texto’ é usado para qualquer demonstração da linguagem que tenha propriedade de textura, uma vez que a textura é definida pelos autores como “uma propriedade que distingue texto de não-texto”, e envolve a interação de dois componentes: *a coerência e a coesão*.

Para caracterizar a relação de coesão, Halliday e Hasan (1976, p.2) dizem que “a coesão ocorre onde a interpretação de algum elemento no discurso é dependente de outro”.

Ao contrário desses autores, Guimarães (2011) mobiliza o termo laço [*tie*], de Halliday e Hassan, dizendo que esse termo não estaria diretamente comprometido com o

referencialismo da noção de coesão. Dessa forma, é o conceito de laço que torna possível analisar um texto, sua textura. Pois, “o que faz com que uma certa unidade seja um texto é que tenha textura. Trata-se de poder dizer como um texto se constitui enquanto tal e de mostrar que há funcionamentos linguísticos próprios para isso” (GUIMARÃES, 2011, p. 38).

Na disciplina teórica da Análise do Discurso, Orlandi (2012a, p. 52) conceitua texto como “uma ‘peça’ de linguagem, uma peça que representa uma unidade significativa”, considerando-o como discurso e não como documento. Dito de outra forma, o texto por ser considerado “discurso reinstala imediatamente sua incompletude”. A autora afirma que “o objetivo da AD é compreender como um texto funciona, como ele produz sentidos, sendo ele concebido enquanto objeto linguístico-histórico” (Ibidem, p.56).

O texto, na perspectiva discursiva, não é uma unidade fechada, “o texto é um objeto linguístico-histórico”, e, dessa maneira, o texto

tem relação com outros textos (existentes, possíveis, imaginários), com suas condições de produção (os sujeitos e a situação), com o que chamamos sua exterioridade constitutiva (o interdiscurso: a memória do dizer)” (Ibidem, p.54).

Dito de outra forma, o texto é considerado como “um bólido de sentidos, uma peça significativa, que por um gesto de autoria, resulta da relação do ‘sítio de significante’ com a exterioridade” (Ibid., p. 14).

Neste capítulo adotamos o conceito de texto na perspectiva enunciativa, definido por Guimarães (2011, p.19) como “uma unidade de sentido que integra enunciados no acontecimento de enunciação”, e “o sentido é produzido na enunciação tomada como um acontecimento de linguagem” (Idem, p.15), pois de acordo com o semanticista, trata-se de considerar o funcionamento da linguagem pensando nas condições em que os acontecimentos enunciativos se produzem.

O semanticista, no livro *Análise de Texto*, conceitua o texto como

uma unidade de significação. Ela se caracteriza por produzir sentido, e é isso que faz dela (desta unidade) um texto. Um outro aspecto é que esta unidade (o texto) integra enunciados, ou dito de outro modo, o texto é

integrado por enunciados. E é isto que faz com que o texto faça sentido. (GUIMARÃES, 2011, p. 19).

Para Guimarães (2007), a relação do enunciado com o texto é uma relação transversal, não-segmental, e é isso que faz do texto a unidade que significa globalmente e não só linearmente. Nas palavras do autor, “um texto é constituído por um conjunto de enunciados articulados entre si” (*Idem*, p. 83).

Nessa perspectiva, tomamos o texto literário para analisar enunciativamente o processo de designação da expressão “a escrava Isaura”, por compreender, conforme Guimarães (2007, p 77), que a significação é produzida enunciativamente no e pelo acontecimento do dizer, assim, “tanto a significação quanto a relação com o “que acontece” são construídas linguisticamente”. (Aspas do autor)

Será a partir do confronto de discursos que procuraremos analisar como o sintagma nominal “a escrava Isaura” é designado nas cenas enunciativas, levando em consideração a incompletude da língua, o lugar social de onde os locutores enunciam e o interdiscurso, ou seja, a relação de um discurso com outros discursos.

#### **4.2 As designações do sintagma *a escrava Isaura***

Observamos, ao longo da obra de Bernardo Guimarães (1875), o emprego de nomes e expressões que designam a heroína, *a escrava Isaura*, nas cenas enunciativas recortadas da obra homônima, considerando os lugares sociais dos sujeitos que as instituem, uma vez que o Locutor precisa estar “afetado pelos lugares sociais autorizados a falar, e de que modo, e em que língua (enquanto falantes)” (GUIMARÃES, 2002, p. 24).

Nessa linha, vamos analisar como a designação *a escrava Isaura* faz funcionar na obra literária outras designações que significam na linguagem na medida em que o dizer identifica essa apreensão do real para os sujeitos.

Ao final das análises das designações de “a escrava Isaura” em cada uma das cenas enunciativas, vamos apresentar o Domínio Semântico de Determinação (DSD), definido

por Guimarães (2007, p. 81) como “uma análise de uma palavra, que representa uma interpretação do próprio processo de análise e deve ser capaz de explicar o funcionamento do sentido da palavra no corpus especificado”.

Passemos às análises das cenas enunciativas.

### **Cena 01- A dona da escrava Isaura e sua nora (esposa de Leôncio)**

Não tenho ânimo de soltar **este passarinho** que o céu me deu para me consolar e tornar mais suportáveis as pesadas e compridas horas da velhice. E também libertá-la para que? **Ela** aqui é livre, mais do que eu mesma, coitada de mim, que já não tenho forças para gozar da liberdade. Quer que eu solte **minha patativa**? E se **ela** transviar-se por aí e nunca mais acertar com a porta da gaiola? (p. 18)

A cena enunciativa (1) se constrói no espaço de enunciação de Língua Portuguesa do século XIX, entre falantes que se caracterizam pelos modos de dizer e pelos lugares sociais que representam.

O Locutor, nessa cena, se representa no dizer, e ocupa o lugar social de locutor-proprietária da escrava, que o autoriza a dizer ao Alocutário, que, predicado pelo lugar social de alocutário-nora, sugere à sogra a liberdade da escrava Isaura.

Nessa cena enunciativa *a escrava Isaura* é designada inicialmente como *este passarinho*, significando a condição de escrava que tem a obrigação de *consolar e tornar mais suportáveis as pesadas e compridas horas da velhice* de sua dona, e depois como *minha patativa*, em que o pronome possessivo *minha* faz significar o domínio de posse sobre a escrava, mesmo quando tratada como um passarinho de estimação. O dêitico *este* aponta para a figura da escrava Isaura e nos faz pressupor que ela se encontra presente à cena enunciativa, mas não chega a se inscrever como figura enunciativa.

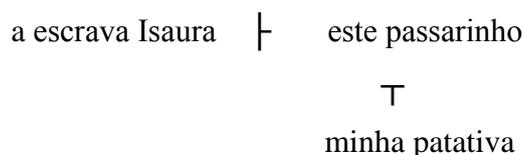
A primeira designação *este passarinho* pode significar um tratamento de afetividade na relação da proprietária com a escrava, mas não reduz a sua condição naquele lar; na segunda designação *minha patativa*, retoma-se o memorável da ave de canto mavioso *patativa*, muito procurada no mercado de aves de gaiola, no Brasil. Se, conforme Houaiss (2009), *patativa* é uma ave para se criar em gaiola, essa designação atribuída à escrava

metaforiza o estado de liberdade da escrava: um pássaro engaiolado, cativo, condição reafirmada pelo verbo “solte” em *Quer que eu solte minha patativa* e pelo substantivo “gaiola” em *E se ela [...] nunca mais acertar com a porta da gaiola?*

Nos enunciados *Não tenho ânimo de soltar este passarinho* e *Quer que eu solte a minha patativa*, o verbo *soltar* significa em oposição a *prender*, à situação de prisioneira, isto é, a escrava, embora desfrute do bem-estar da família, se mantém como prisioneira de sua dona.

Nos enunciados *Ela aqui é livre...* e *E se ela transviar-se por aí*, temos uma relação anafórica de substituição, que faz com que o pronome **Ela** se dê como paráfrase da “escrava Isaura”, e o segundo **ela** como paráfrase de *minha patativa*. O advérbio de lugar *aqui* funciona no enunciado como lugar social limite da “liberdade” da escrava, ou seja, apenas na fazenda Isaura era livre.

Pelo que dissemos até aqui, podemos considerar o seguinte DSD -1<sup>19</sup>:



Ao questionar a posição da nora em relação à liberdade da *escrava Isaura*, o locutor-proprietária diz: “Quer que eu solte **minha patativa**? E se **ela** transviar-se por aí e nunca mais acertar com a porta da gaiola?” Nesses enunciados, fica evidente a condição de Isaura, no entanto, desfeita a transparência da linguagem, a questão não é a falta de ânimo ou entusiasmo para libertar a escrava, mas os efeitos que essa liberdade pode produzir.

## Cena 02 – Cunhado do senhor e a escrava Isaura

**Mulatinha** – disse – tu, não fazes ideia de quanto és feiticeira. Minha irmã tem razão; é pena que **uma menina** assim tão linda não seja mais que uma escrava. Se tivesses nascido livre, serias **a rainha do salão**.  
(p.22)

<sup>19</sup> Utilizamos aqui: os sinais gráficos:  $\vdash$ ,  $\top$  e  $\top$  que significam determina, podem ainda aparecer os sinais  $-$  (significando sinonímia) e  $\_$  (significando antonímia).

Nessa cena enunciativa, o Locutor é representado pela figura de Henrique, cunhado de Leôncio (dono da escrava), que fala do lugar social de locutor-pretendente da escrava Isaura. A designação **Mulatinha** significa um misto entre o “feitiço” que a imagem da escrava produz no locutor-pretendente e a condição de escrava que faz cessar qualquer pretensão por parte do pretendente.

A designação **Mulatinha**, sob a forma de diminutivo afetivo, funciona como vocativo que, de acordo com Guimarães (2011a, p.52), “não é simplesmente um modo de estabelecer uma relação com o interlocutor, é bem mais do que isso, é a própria constituição desta relação, na medida em que significa as divisões do falante na cena enunciativa”.

Esse vocativo instala a cena enunciativa que institui o Alocutário **Mulatinha**, mas que pela sua condição de escrava não estabelece relação de linguagem com o interlocutor, e evoca o memorável escravocrata de que o dizer do escravo não tinha legitimidade. O vocativo **Mulatinha** traz também o memorável da origem da escrava, pois segundo Houaiss (2009), *mulato* designa aquele que é mestiço; filho de mãe negra e pai branco ou vice-versa. Nessa cena, **Mulatinha** aparece predicada por “feiticeira”, que recorta o real, o que o dizer se expõe ao falar dele.

A designação **uma menina** significa a juventude e a beleza da escrava, atributos que são compartilhados por Malvina, irmã do pretendente Henrique, conforme o enunciado: “Minha irmã tem razão”.

Na sequência, temos a designação **a rainha do salão** que traz o memorável dos hábitos e costumes da sociedade escravocrata, incluindo os grandes bailes da Corte, em que se observava a moda feminina, a elegância e a rainha do salão. As reescrituras **uma menina** e **a rainha do salão**, nessa cena, projetam imagens para a escrava caso nascesse livre, mas como Isaura é uma escrava, os sentidos desses atributos migram, reforçados pelas expressões: *é pena, Se tivesses, serias*.

Nesse recorte, a designação *a escrava Isaura* é instável, considerando que “as palavras da língua significam ao funcionarem no acontecimento. E este funcionamento recorta politicamente o real” (GUIMARÃES, 2002, p. 82). Os sentidos da designação “a escrava Isaura”, mudam, se alteram, porque “se se mudam os lugares enunciativos em

confronto, recorta-se outro memorável, um outro campo de “objetos” relativos a um dizer” (Idem, p.40).

Por essas descrições, apresentamos o DSD-2:

a escrava Isaura | mulatinha | uma menina

┐

a rainha do salão

### **Cena 03 – Cunhado de Leôncio e Leôncio (dono da escrava)**

Ah! Perdão meu cunhado! – disse ele. – Não sabia que **a peregrina jóia do seu salão** lhe merecesse tanto cuidado, que o levasse a ponto de andá-la espionando; creio que tem mais zelo por **ela** do que mesmo respeito que se deve à sua casa e à sua mulher. Pobre de minha irmã! (p.24)

No enunciado “Ah! Perdão **meu cunhado!**”, o vocativo instala a cena enunciativa, com a instituição do lugar social do dono da escrava (Leôncio). Nessa cena, o vocativo “está marcado no texto pela pontuação, pelo chamado ponto de exclamação” (GUIMARÃES, 2011a, p. 51), e pela interjeição exclamativa *Ah!* que indica um misto de surpresa e censura.

Na cena enunciativa (3), o Locutor fala do lugar social de locutor-cunhado de Leôncio que instala o Alocutário, ao qual se dirige em tom irônico e de censura. Na cena, o vocativo *Perdão meu cunhado!* é dito intencionalmente para censurar Leôncio ao ser apanhado de surpresa *espionando* a escrava.

A designação “a peregrina jóia do seu salão” é uma metáfora por ser produzida simbolicamente. Para Guimarães (2011b, p.363), “a metáfora se constitui pela  **fusão** de uma reescrituração por substituição sinonímica produzida pela sobreposição de enunciadores diferentes na cena enunciativa” (grifo nosso), continuando, diz o autor que o enunciado metafórico não é apenas um enunciado em que encontramos uma divisão do lugar do dizer,

mais que isso, este enunciado apresenta não simplesmente esta divisão de enunciadores, mas principalmente apresenta o enunciado metafórico como o lugar em que se funde o dizer de um outro enunciador (Ibidem, p.368).

Na formação dessa designação, a expressão **jóia** significa objeto de adorno precioso; **peregrina**, que predica **jóia**, atribui-lhe qualidades de beleza ou bondade rara, o que torna Isaura uma mulher muito especial aos olhos do cunhado de Leôncio e do próprio senhor. No entanto, o pronome possessivo **seu** na locução “do seu salão” determina a condição de Isaura como propriedade e/ou objeto de pertencimento de Leôncio.

Em “creio que tem mais zelo por **ela** do que mesmo respeito que se deve à sua casa e à sua mulher”, temos o pronome **ela**, uma anáfora que reescreve por condensação a designação **a peregrina jóia do seu salão**, pois o que é designado “é uma construção de sentido, uma relação entre elementos linguísticos” (GUIMARÃES, 2007, p. 82).

O DSD-3 pode ser representado assim:

a escrava Isaura † a peregrina jóia do seu salão

#### **Cena 04 – A invejosa Rosa e a velha crioula**

A cena que segue é constituída de duas sequências enunciativas:

**SE 1.** o que mais merece **aquela impostora**? – murmurou a invejosa Rosa. – Pensa que por estar servindo na sala é melhor do que as outras e não faz caso de ninguém. Deu agora em namorar os moços brancos e como o pai diz que há de forrar **ela**, pensa que é uma grande senhora [...]

**SE2.** Que má-língua é esta Rosa! – murmurou enfadada a velha crioula, relanceando um olhar de repreensão sobre a mulata. – Que mal te fez a pobre Isaura, **aquela pomba sem fel**, que com ser o que é, bonita e civilizada como qualquer moça branca, não é capaz de fazer pouco-caso de ninguém? (p. 42)

Na sequência enunciativa 01, o Locutor autorizado a dizer do lugar social de locutor-Rosa instala o Alocutário predicado pelo lugar social de alocutário-velha crioula, ambas na condição de escravas que, na obra ficcional, enunciam.

A designação **aquela impostora** significa, como já dito no recorte, a inveja que a mulata Rosa sentia em relação a Isaura, por não aceitar que, ambas sendo escravas, a Isaura era dado um tratamento diferente ao que lhe era dado, tanto pelo lugar físico que ocupavam como pelo imaginário de que Isaura namorava “moços brancos” e seria alforriada.

Na designação **aquela impostora**, o dêitico **aquela** significa que a escrava Isaura se encontra ausente da cena enunciativa, uma vez que simbolicamente as escravas se encontravam no salão destinado ao trabalho de fiadeiras de algodão, distante da casa-grande da fazenda, na qual Isaura vivia.

No enunciado *o pai diz que há de forrar **ela**, pensa que é uma grande senhora*, temos a anáfora **ela** que reescreve a expressão **aquela impostora**, e uma reescrituração por elipse do pronome da terceira pessoa do singular (ela) em *pensa que é uma grande senhora*.

Na segunda sequência enunciativa (SE2), o Alocutário assume o lugar social de locutor-velha crioula que, inicialmente, murmura, repreendendo com olhar a mulata Rosa, assumindo o papel de defensora de Isaura.

Nessa sequência, *a escrava Isaura* é designada por **aquela pomba sem fel**, que significa que a escrava era uma pessoa “ingênua” e “bondosa”, “sem rancor”, “sem ódio”, mesmo recebendo tratamento “de moça branca”, “não é capaz de fazer pouco caso em ninguém”. Essa designação funciona como reescrituração apositiva de **a escrava Isaura**, pois a relação apositiva, segundo Guimarães (2012, p.4), “é uma reescritura que se dá em contiguidade” já que o aposto ou relação apositiva consiste na “articulação de elementos de mesma natureza que não estão nem coordenados nem subordinados” (Idem).

A designação “aquela pomba sem fel” aparece predicada por *bonita e civilizada como qualquer moça branca*; e em “não é capaz de fazer pouco-caso de ninguém?”, temos uma reescrituração por elipse marcada “(ela) não é capaz de fazer pouco caso”.

Temos assim o seguinte DSD-4:

a escrava Isaura		aquela impostora
—————		
aquela pomba sem fel		

### Cena 05 – O locutor-narrador

Ninguém diria que era uma escrava, que trabalhava entre as companheiras e a tomaria antes por **uma senhora moça** que, por desenfado, fiava entre os escravos. Parecia a **garça-real**, alçando o colo garboso e altaneiro, entre uma chusma de pássaros vulgares (p. 44).

Nessa cena enunciativa temos um locutor-narrador, autorizado a enunciar de um lugar da sociedade intelectual escravocrata. Trata-se de um discurso relatado, em que o relato, embora ficcional, deve aparecer verossímil aos olhos dos leitores. Nesse recorte, observa-se um deslocamento de sentidos em relação à condição da *escrava Isaura*, ou seja, ela não faz mais parte do convívio familiar de seus donos, e se encontra na mesma condição das demais escravas da fazenda, com as quais aparece trabalhando. É nesse quadro comum aos escravos da fazenda, que a *escrava Isaura* é designada como **uma senhora moça** por se destacar de outras mulheres escravas, quer pela sua beleza, quer pelo seu tom de pele.

O enunciado “Parecia a garça-real, alçando o colo garboso e altaneiro, entre uma chusma de pássaros vulgares”, mostra a posição do escritor afetado pela sociedade escravocrata, ao comparar *uma garça real* (a escrava Isaura) com *uma chusma de pássaros vulgares* (companheiras escravas), em que o pássaro real representado pela “garça” branca se opõe aos “pássaros vulgares”, os pássaros de plumagens escuras.

Mesmo mostrando as relações sociais e de pertencimento de uma escrava a seu dono, o escritor, do seu lugar social que narra uma obra ficcional no período escravocrata, pode convocar para si outros lugares sociais como o de não liberal ao criticar a convivência entre livre (o branco) e os não livres (os escravos).

Tanto na cena 01 como nesta cena, as designações atribuídas à *escrava Isaura* se particularizam pela descrição e pela comparação às aves da fauna brasileira: “passarinho”, “patativa” e “garça-real”. Conforme Guimarães (2005, p. 01), “os nomes que designam são modos de identificar o real e o sujeito, segundo esta partilha do mundo pela linguagem”.

Os sentidos das designações *este passarinho, minha patativa* atribuídas à *escrava Isaura*, ao mesmo tempo que projetam sentidos de liberdade, por remeterem ao memorável

de asa/voo/liberdade, significam também o oposto de liberdade por se referirem a aves presas à gaiola, com exceção da *garça-real*, que livre, pode alçar “o colo garboso e altaneiro”, pois “para significar é preciso que as palavras, expressões, proposições já signifiquem” (ORLANDI, 2014, p.6), uma vez que essas designações estabelecem uma relação linguística (simbólica) remetida à exterioridade.

Pelo que articulamos até aqui é possível considerar o seguinte DSD-5:

a escrava Isaura | uma senhora moça | garça-real

---

pássaros vulgares

### Cena 06 – O pajem do feitor (André) e Isaura

Quem entrava era, sem mais nem menos, o pajem André, que já vimos em companhia do feitor, e que, mui ancho, empertigado e petulante, se foi colocar defronte de Isaura.

– Não, não, Isaura; Deus me livre de te ofender; pelo contrário, dói-me deveras dentro do coração ver aqui misturada com esta corja de negras beíquidas e catingentas **uma rapariga como tu**, que só merece pisar em tapetes e deitar em colchão de damasco. Este senhor Leôncio tem mesmo um coração de fera. (p.47)

A cena enunciativa se constrói a partir do memorável do salão de fiar algodão, na senzala, local em que Isaura interrompe o seu trabalho ao ser interpelada pelo pajem do feitor.

Nessa cena, o Locutor só pode falar enquanto autorizado por um lugar social, o de locutor-pajem do feitor. Através do vocativo **Não, não, Isaura**, o locutor-pajem do feitor argumenta que não queria ofendê-la como mostra o enunciado “Deus me livre de te ofender”.

Na cena enunciativa, *a escrava Isaura* é designada por **uma rapariga**, que significava à época uma donzela, uma jovem mulher. O locutor-pajem do feitor, afetado pela aparência da escrava Isaura, não aceita vê-la juntamente com outras escravas a quem destrata, chamando-as de “corja de negras beiçudas e catinguentas”. Nessa cena, fica clara a posição do locutor que, na condição de pajem do feitor e livre, não é a favor da convivência entre escravos brancos e negros.

Destacamos que no período em que a obra foi publicada, a expressão “rapariga” significava “mulher jovem, moça”, e atualmente a expressão “rapariga” dependendo da região do Brasil pode significar “amante”, “meretriz” ou “prostituta”. Em Portugal o significado de rapariga ainda é “feminino de rapaz”, “moça jovem”.

Entendendo como Guimarães (2011a, p. 35) que “não se pode analisar um texto sem levar em conta seu próprio modo de enunciação e aquilo que ele estabelece pelo funcionamento de suas formas de linguagem”, podemos dizer que as designações de uma palavra, por se constituírem no acontecimento enunciativo, são instáveis e são determinadas pelas relações linguísticas e históricas.

As descrições anteriores nos levam ao DSD-6:

a escrava Isaura † Uma rapariga como tu

### **Cena 07 – Dr. Geraldo e um dos cavalheiros**

**A fada de Álvaro** é também uma **sereia** – dizia o Dr. Geraldo a um dos cavalheiros, em cuja companhia já o vimos. – Resume tudo em si... Que timbre de voz tão puro e tão suave; julguei-me arrebatado ao sétimo céu ouvindo as harmonias dos coros angélicos. Álvaro tem razão; **uma criatura assim** não pode ser uma mulher ordinária e, muito menos, uma aventureira... (p. 76)

A cena enunciativa (7) é constituída de um Locutor que enuncia do lugar social de advogado e amigo de Álvaro. Álvaro é um abolicionista que se apaixona por Isaura quando ela foge para Recife e muda o seu nome para Elvira.

O Locutor, na cena, é predicado pelo lugar social de locutor-Dr. Geraldo, e o Alocutário, por um dos cavalheiros instituídos na cena.

A *escrava Isaura* é designada por **A fada de Álvaro**, que significa tanto pela sua beleza quanto pelos seus modos delicados e elegantes. Na locução **de Álvaro**, a preposição **de** funciona para indicar relação de posse, ou seja, antes Isaura era propriedade **de** Leôncio, e agora passa a ser propriedade **de Álvaro**, pelas amarras da língua, em que a mulher na sociedade patriarcal era sempre pertencente a alguém. No primeiro caso, “A preposição que liga o nome ao proprietário está impedindo que o escravo se constitua em sujeito de direito” (ZATTAR, 2012, p. 90), e no segundo caso, a preposição **de** vincula Isaura a Álvaro, e é essa vinculação que a tornará sujeito de direito.

A designação **A fada de Álvaro** metaforiza *Isaura* como uma *fada*. De acordo com Guimarães (2011a, p. 91), a metáfora “funciona ao modo do discurso indireto livre e funde uma reescrituração por substituição sinonímica, de maneira que um dizer do Locutor determina outro dizer”, pois nada na metáfora se dá explicitamente, e deste modo esta enunciação recorta como memorável os sentidos de fada (ser fictício com poder sobrenatural; mulher bonita, bondosa).

A expressão “é também uma sereia” reescritura por definição “a fada de Álvaro”, e o emprego do advérbio “também” significa que além de “sereia”, a Isaura podem ser atribuídas outras qualidades.

A designação **A fada de Álvaro** é reescriturada por substituição por *uma criatura assim*, em oposição ao imaginário que se tem sobre ela: o de que **não** poderia ser designada como “uma mulher ordinária e, muito menos, uma aventureira”, pois a reescrituração, segundo Guimarães (2002, p.69), “ao mostrar-se como dizendo o mesmo, diz outra coisa, e esta outra coisa passa a fazer parte da designação do nome reescriturado”.

Podemos assim construir o seguinte DSD-7:

a escrava Isaura | a fada de Álvaro | sereia | criatura assim

---

mulher ordinária - uma aventureira

## Cena 08 – Álvaro e Isaura

Levanta-te, **mulher generosa e sublime!** – disse Álvaro, estendendo-lhe as mãos para levantar-se. – Levanta-te, Isaura; não é ao meus pés, *mas* sim em meus braços, aqui bem perto do meu coração, que deves lançar, pois a despeito de todos os preconceitos do mundo, eu me julgo o mais feliz dos mortais em poder oferecer-te a mão de esposo! (Idem, p.148)

A cena enunciativa recorta o memorável da compra dos títulos das dívidas de Leôncio por Álvaro, que vai até a fazenda em Campos de Goitacazes para tomar posse de todos os bens do proprietário de Isaura, e chega a tempo de interromper o casamento de Isaura com o jardineiro Belchior. Nesse ato, compra a liberdade da escrava.

A cena enunciativa é instalada pelo vocativo “Levanta-te, **mulher generosa e sublime!**”, que estabelece o alocutário-Isaura. Na cena, *Isaura* é designada por **mulher generosa e sublime**, em que “mulher” aparece predicada por “generosa e sublime”. A designação “mulher” significa que a escrava não era mais menina e que estava pronta para tornar-se sua “esposa”.

No enunciado “Levanta-te, Isaura; não é ao meus pés, *mas* sim em meus braços”, o *operador argumentativo mas* muda a diretividade do sentido do primeiro enunciado, fazendo prevalecer os sentidos do segundo enunciado. Na sequência, o Locutor ocupa o lugar social de locutor-noivo, ao formalizar o pedido de casamento, oferecendo-lhe “a mão de esposo”.

No enunciado “a despeito de todos os preconceitos do mundo”, o acontecimento do dizer recorta o memorável do preconceito racial e social que se presentifica na enunciação da sociedade escravocrata, de que uma escrava não pode casar-se com um cidadão livre.

Passemos à representação do DSD-8:

a escrava Isaura | mulher generosa e sublime | livre

A língua, na ótica de Guimarães, segundo Dias (2007), funciona afetada por domínios históricos de enunciação, recortados num acontecimento do dizer. Nessa perspectiva, Guimarães (1999 *apud* DIAS, 2007, p. 265), diz que “analisar enunciativamente um texto não é considerá-lo no momento e lugar em que se deu, mas é analisar como a memória do discurso, o interdiscurso, faz funcionar a língua em um presente”.

As designações atribuídas à *escrava Isaura* como *este passarinho, minha patativa, mulatinha, uma menina, a rainha do salão, a peregrina jóia de seu salão, aquela impostora, aquela pomba sem fel, uma rapariga, a fada de Álvaro, uma criatura assim, mulher generosa e sublime*, constituem uma construção de sentidos por uma relação entre elementos linguísticos e históricos.

Observamos que essas designações, pelas análises das cenas enunciativas, mudam a partir dos lugares sociais que autorizam o locutor a dizer, e pela diversidade de locutores instituídos na obra literária, como: locutor-proprietária, locutor-pretendente, locutor-cunhado, locutor-Rosa, locutor-velha crioula, locutor-escritor, locutor-pajem do feitor, locutor-Dr. Geraldo e locutor-Álvaro.

Para Guimarães (2007, p. 82), “a designação é o modo pelo qual o real é significado na linguagem,” pois, “a partilha do real não se projeta sobre a linguagem diretamente. Ela é produzida pelo modo como a enunciação produz uma certa relação entre palavras.”

Ou seja, os sentidos de um elemento linguístico se dão enquanto parte de um enunciado, enquanto parte de um texto, e “essa consideração permite atravessar o efeito de evidência e compreender a *designação* da palavra no acontecimento enunciativo” (OLIVEIRA 2006, p. 23).

Observamos que, nas cenas enunciativas analisadas, o que o sintagma nominal *a escrava Isaura* designa “é uma construção permanente dos acontecimentos de linguagem”, já que “o que se vê é como os movimentos designativos resignificam constantemente o real, que não está aí como o empírico, mas como o identificado pelo simbólico, que inclui necessariamente o político” (GUIMARÃES, 2002, p.89).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciarmos esta pesquisa algumas questões foram levantadas sobre as relações entre homens e mulheres que se distinguiam, na sociedade escravocrata brasileira, pelas condições sócio-históricas, homens e mulheres cativos que não tinham acesso à palavra legitimada no cotidiano das relações sociais e de linguagem, e que eram vistos como símbolo de sujeição pelo trabalho a que eram submetidos. Ainda, como essas relações são mostradas na obra literária *A escrava Isaura* entre uma escrava de cor branca e o seu proprietário, herdeiro da fazenda em que foi criada, na segunda metade do século XIX? Como pensar os gestos de resistência em uma sociedade patriarcal em que a mulher — mesmo criada livre — não possuía os direitos de cidadã? Qual o sentido de liberdade em uma sociedade escravocrata?

A proposta desta pesquisa, analisar os sentidos de liberdade da escrava Isaura constituídos por gestos de resistência, na perspectiva semântico-enunciativa, nos permitiu mobilizar alguns conceitos da Análise de Discurso de linha francesa, visto que “é o acontecimento discursivo que nos ensina que há sempre (outros) sentidos possíveis, ou dito em outras palavras, que um acontecimento não para de produzir sentidos” (ORLANDI, 2014, p. 3).

A partir das reflexões do capítulo I intitulado *Escravidão e Liberdade: da História à Ficção*, procuramos mostrar como sociólogos, historiadores e viajantes retrataram a sociedade escravocrata brasileira à época, compreendendo que não há como falar da instituição escravidão fora das condições históricas e de linguagem, por se constituir nas relações entre sujeito, língua e memória.

Observamos que a escravidão sendo uma instituição legalizada, perdurou por quase quatro séculos no Brasil, mesmo após a Corte Portuguesa mudar-se para o Rio de Janeiro. No entanto, as transformações culturais e sociais ocorridas na capital da Corte não foram capazes de suprimir e/ou de romper com os velhos costumes, nem apagar os traços característicos da cidade, a começar pela presença da escravidão, que exigia o recurso da violência e da força para garantir a ordem e o privilégio da minoria branca.

Observamos ainda que sem a alforria o escravo continuava sem liberdade, pois esse documento produzia efeitos contraditórios quanto à manutenção dos escravos cativos, pacíficos e servis; a carta de liberdade tinha uma finalidade central que era o controle social de uma classe sobre a outra, e além de demonstração de poder soberano, perpetuação da dependência e servilismo, era também um investimento comercial. No entanto, sem esse documento o escravo continuava a ser tratado como objeto de direito.

Em relação às mulheres, podemos enfatizar que enquanto a mulher ‘livre’ vivia sob total dependência dos homens, numa espécie de semiclausura, e era silenciada através dos padrões impostos pela estrutura familiar patriarcal da sociedade, a mulher escrava, além do trabalho, ainda era constrangida e humilhada, e seu corpo também era explorado como “objeto sexual, porque recaem sobre ela, enquanto mulher, as determinações patriarcais da sociedade, que determinam e legitimam a dominação do homem sobre a mulher” (GIACOMINI, 1988, p. 66).

Pelas análises dos gestos de resistência nas cenas enunciativas, no capítulo III, observamos que as relações de linguagem entre as figuras enunciativas do locutor-escrava e do locutor-proprietário se constituem de modo conflituoso, tendo em vista a tensão e/ou conflito instalado no centro do dizer.

Na primeira cena enunciativa, instala-se o conflito do dizer entre os interlocutores, de um lado o senhor da escrava que se declara dono absoluto da escrava e de seu destino, e de outro, a súplica e o pedido formulados pelo locutor-escrava Isaura, que passam a constituir os primeiros gestos de resistência. Esse modo de reagir às investidas constitui gestos de resistência que deslocam sentidos, desconstruindo os efeitos do já dito, em direção a outra significação, ainda inédita para o senhor da escrava: a desobediência.

Na cena 02, os gestos de negação aos argumentos do senhor, funcionam como gesto de resistência/interpretação aos apelos do senhor. Na cena seguinte, à medida que a escrava argumenta/questiona, seu dizer vai tomando mais força e os sentidos de resistência vão aumentando. Na cena enunciativa 04, o enunciado “lhe falo com franqueza” instala o conflito no centro do dizer, e coloca o lugar da escrava em evidência, ou seja, não é do lugar de escrava que Isaura diz “lhe falo com franqueza”, mas de um novo lugar que se constituiu para ela pelos gestos de resistência. Assim, os sentidos das relações entre o proprietário e a escrava Isaura mudam, se rompem, e nessa condição, a escrava desobedece e se defende.

Na cena 05, nos enfrentamentos com o seu proprietário, a escrava Isaura se marca como sujeito de seu dizer, pois de acordo com Leandro Ferreira (2013), a resistência se dá no interior da história e no interior do sujeito, e ainda afirma a autora que a resistência se torna visível “pela falha constitutiva no interior da língua, da história e do sujeito” (Idem, p.3).

Na última cena enunciativa, os gestos de resistência da escrava se constituem, e um novo lugar social se abre para a escrava, o de mulher que conhece os seus direitos e luta por eles, e será nessa nova condição, que ela vai lutar pela sua liberdade através da fuga, em um primeiro momento, e depois pela alforria. A escrava, ao resistir às investidas do senhor, cria uma nova forma de protestar, por meio de gestos de interpretação e/ou de resistência que passam a constituir uma “relação necessária e que intervém decisivamente na relação do sujeito com o mundo” (ORLANDI, 2012a, p.20).

Conforme Leandro Ferreira (2013, p. 2), “A questão da resistência tanto da língua quanto do sujeito é atravessada diretamente pelo caráter material que constitui os sentidos”, porque através dos deslizamentos de sentidos, o equívoco se irrompe “demarcando pontos de fuga que representam modos de resistência que são próprios da ordem da língua” (Idem, p. 1).

Para Guimarães (2010, p. 87), a língua só funciona pelo equívoco, e a interpretação só é possível por evocar o interdiscurso, pois

É um modo que exige a configuração de uma posição, também contingente, que instala o lugar da interpretação do sentido. Interpretação que se dá sempre a partir deste modo do equívoco que faz a língua funcionar (Idem).

Através dos gestos de resistência da escrava, entendemos que os sentidos deslizam e esta ‘deriva’ produz uma mudança de sentido. Apesar de Isaura ser uma escrava idealizada, os gestos de resistência rompem com os ‘costumes’ vigentes à época, principalmente no que diz respeito ao direito de dizer, de enunciar. Esses gestos de resistência representam fissuras nos sentidos estabilizados de que havia passividade por parte dos escravos.

Nas cenas enunciativas, os locutores falam de distintos lugares sociais, pela condição social de cada um na obra literária, senhor da escrava e escrava da casa, no entanto,

tensionada pelo assédio do senhor, a escrava resiste, e à medida que resiste, os gestos de resistência vão construindo os sentidos de liberdade da escrava, que se coloca no lugar social de pessoa livre.

Os dizeres da escrava Isaura nas cenas enunciativas, em que se dá o confronto/tensão entre os locutores Leôncio e a escrava, como: “deixe, menos nisso que o senhor exige, nunca, não, nem mesmo, me horroriza, lhe falo com franqueza, não...não, mas/não/nem”, produzem um novo lugar social que se abre para a escrava, o de mulher que conhece os seus direitos e luta por eles, e será nessa nova condição, que ela vai lutar pela sua liberdade.

Com relação ao processo de designação do sintagma nominal *a escrava Isaura*, observamos, nas cenas enunciativas, que as designações mudam a partir dos lugares sociais que autorizam o locutor a dizer, pela diversidade de locutores/personagens instituídos na obra literária como: locutor-proprietária, locutor-pretendente, locutor-cunhado, locutor-Rosa, locutor-velha crioula, locutor-escritor, locutor-pajem do feitor, locutor-Dr. Geraldo e locutor-Álvaro.

Partindo da noção de acontecimento enunciativo foi possível observar que a enunciação se constitui pela relação do funcionamento da linguagem com a sua “exterioridade”. Desse modo, as designações de uma palavra por se constituírem no acontecimento enunciativo são instáveis e são determinadas pelas relações linguísticas e históricas.

As designações atribuídas à *escrava Isaura* nas cenas analisadas – *este passarinho, minha patativa, mulatinha, uma menina, a rainha do salão, a peregrina jóia de seu salão, aquela impostora, aquela pomba sem fel, uma rapariga, a fada de Álvaro, uma criatura assim, mulher generosa e sublime* – constituem uma construção de sentidos por uma relação entre elementos linguísticos.

Ainda observamos que a designação *a escrava Isaura* faz funcionar na obra literária outras designações que significam na linguagem na medida em que o dizer identifica essa apreensão do real para os sujeitos.

Retomando o título desta pesquisa *Os sentidos de liberdade da escrava Isaura constituídos por gestos de resistência*, podemos dizer que apesar de a obra trazer uma escrava de cor branca como heroína, idealizando as relações escravocratas, foi possível observar que a linguagem não é transparente, e os sentidos não se fecham, mesmo em uma

sociedade patriarcal escravocrata, em que o dizer dos escravos não tinha legitimidade, ou seja, o seu dizer era tutelado pelos senhores e/ou instituições que os mantinham cativos.

Ao contrário do ‘real’ imposto à grande maioria dos escravos no Brasil, na obra ficcional, a escrava Isaura mesmo sendo considerada objeto de direito, portanto, sem direito à ‘voz’, se inscreve nas cenas enunciativas como Locutor que assume a palavra e se coloca no lugar de quem enuncia, cujos dizeres produzem uma ruptura através de gestos de resistência ou gestos de interpretação, pois segundo Orlandi (2005, p.78), a “interpretação é constitutiva da própria língua. E onde está a interpretação está a relação da língua com a história para significar”.

Os gestos de resistência, apontados na obra literária *A Escrava Isaura*, representam as fissuras nos sentidos estabilizados de que havia passividade por parte dos escravos, considerando que a produção literária dá margem à interpretação.

Esperamos com esta pesquisa mostrar, através da multiface da linguagem, como a ficção idealiza as relações escravocratas, mostrando a questão da resistência da escrava Isaura pelo lugar social que ocupa nos acontecimentos de linguagem em que se inscreve, em um período que a mulher escrava não tinha ‘voz’ na sociedade e que muitas delas, por serem escravizadas, eram ‘coisificadas’, por compreender, como Orlandi (2012a, p.9), que “os sentidos não se fecham, não são evidentes, embora pareçam ser.”

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra e FRAGA, Walter. Escravos e escravidão no Brasil. In: *Uma história do negro no Brasil*. Salvador/Brasília: CEAO/Fundação Palmares, 2006. Cap.3. Disponível em: [www.ceao.ufba.br](http://www.ceao.ufba.br). Acesso em: 20/03/2014.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1982.

\_\_\_\_\_. *Dialética da colonização*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRASIL. Constituição Imperial de 1824. Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao24.htm). Acesso em: 20/03/2014.

CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira*. 5. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, V.2.

\_\_\_\_\_. *Literatura e sociedade*. 9. ed. Rio de Janeiro. Ouro sobre Azul, 2006.

CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. A. C. *Português: linguagens: volume 2: ensino médio*. 5. ed. São Paulo, Atual, 2005.

DIAS, Luiz Francisco. *Os sentidos do idioma nacional: as bases enunciativas do nacionalismo linguístico no Brasil*. Campinas, Pontes, 1996.

DIAS, Luiz Francisco e FERREIRA, Rosiane dos Santos. Enunciação e referência pronominal: uma análise de charges jornalísticas. In: *Revista Desenredo*, v.3, n.2, p.124-275, julho/dezembro 2007.

EGGINS, S. *An introduction to systemic functional linguistics*. London: Printir Publishers, 1994/2004.

FARIA, S. C. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1998.

FOUCAULT, M.(1995). O sujeito e o poder. In: FERNANDES, Eliane Marques da Fonseca. *Pichações: discursos de resistência conforme Foucault*. Maringá, v. 33, n 2, p. 241-249, 2011.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

\_\_\_\_\_. *Sobrados e mucambos: decadência e desenvolvimento do urbano*. SP: Global, 2004.

FUZER, Cristiane e CABRAL, Sara R. S. *Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras. Departamento de Letras Vernáculas, Núcleo de Estudos em Língua Portuguesa. 2010.

HOUAISS, A.et. al. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2009.

GIACOMINI, Sônia Maria. *Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1988.

GOMES, Laurentino. *1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*. SP: Editora Planeta do Brasil, 2007.

GOUVEIA, C. A. M. *Texto e gramática: uma introdução à linguística sistêmico-funcional*. 2009. Disponível em:

<http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamun/teseabertas>. Acesso em: 24/05/2014.

GUIMARÃES, Bernardo. *A Escrava Isaura*. São Paulo, Gold, 2004.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas, Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_. Designação e espaço de enunciação: um encontro político no cotidiano. In: *Letras nº 26 - Língua e literatura: Limites e fronteiras*. Jun. 2003. Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGL/UFSM.

\_\_\_\_\_. Designação e significação do real: disputa atual na música brasileira. In: 57 *Reunião Anual da SBPC*, 2005. Anais da 57ª Reunião Anual da SBPC, 2005a., V 1.p.1-1.

\_\_\_\_\_. (1995) *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas. Pontes, 2010.

\_\_\_\_\_. *Análise de texto*. Procedimentos, análises e ensino. Campinas, Editora RG, 2011a.

\_\_\_\_\_. Uma hipótese sobre a metáfora. In: CASTELLO BRANCO, Luiza Kátia Andrade; RODRIGUES, Eduardo Alves; SANTOS, Gabriel Leopoldino dos. *Análise de discurso no Brasil: pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi*. Campinas: RG, 2011b, pp. 359- 372.

\_\_\_\_\_. Aposto e nome próprio. In: *Entremeios: revista de estudo do discurso*, nº 5, jul/ 2012. Disponível em: <http://www.entremeios.inf.br/>. Acesso em: 22/ 07/2014.

\_\_\_\_\_. Autoridade da informação. In: *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, nº 31 janeiro/julho 2013.

\_\_\_\_\_. Domínio Semântico de Determinação. In: GUIMARÃES, Eduardo e MOLLICA, Maria Cecília. (Orgs.). *A palavra: forma e sentido*. Campinas: RG Editores, 2007.

\_\_\_\_\_. (1987) *Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2007.

\_\_\_\_\_. Formação de um espaço de Produção Linguística: A Gramática no Brasil. In: *História das ideias linguísticas: construção e constituição da língua nacional*. Pontes, SP, Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001.

HENRY, Paul (1984). A história não existe? In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

KARASCH, M. L. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

LEANDRO FERREIRA, M. Cristina Leandro. *Da ambiguidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso*. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2000.

\_\_\_\_\_. Resistir, resistir, resistir... essa é a questão! Porto Alegre, UFRGS, 2013. No prelo.

LEITE, Miriam Moreira. *A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX*: antologia de textos de viajantes estrangeiros. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1984.

MACHADO, Carolina de Paula. *Política e sentidos da palavra preconceito: uma história no pensamento social brasileiro na primeira metade do século XX*. Tese de Doutorado. IEL//UNICAMP/ Campinas, SP, 2011.

MALHEIRO, Perdigão. *A escravidão no Brasil*. Ensaio histórico, jurídico, social. III Parte e Apêndice. Petrópolis, Vozes, INL/MEC. 1976.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1967.

MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo. Brasil: Brasiliense, 1985.

MOISÉS, Massaud. *História da literatura brasileira: das origens ao romantismo*, v. 1. São Paulo: Cultrix, 2001.

NEVES, Maria de Fátima Rodrigues das. *Documentos sobre escravidão no Brasil*. São Paulo, Contexto. 1996.

NEVES, Lúcia Maria Bastos & MACHADO, Humberto Fernandes. *O império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NETO, Renato Drummond Tapioca. A sociedade de corte e a representação da mulher no romance *Senhora*. Disponível em: <http://rainhastragicas.com/2014/01/24/a-sociedade-de-corte-e-a-representacao-da-mulher-no-romance-senhora-1875/>. Acesso em: 17/09/2014.

OLIVEIRA, Maria I. C. *O liberto: seu mundo e os outros*. São Paulo: Corrupio, 1988.

OLIVEIRA, Sheila Elias de. *Cidadania: história de uma palavra*. Campinas, Pontes, RG Editores, 2006.

ORLANDI, Eni P. (Org.). *Discurso fundador*. Campinas, SP: Pontes, 1993.

\_\_\_\_\_. A leitura proposta e os leitores possíveis. In: *A leitura e os leitores*. Pontes, Campinas, SP, 1998.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 6. ed. São Paulo: Pontes, 2005.

\_\_\_\_\_. *Discurso e textualidade*. São Paulo, Pontes, 2006.

\_\_\_\_\_. *História das ideias linguísticas: construção e constituição da língua nacional*. Pontes, SP, Cáceres MT: Unemat Editora, 2001.

\_\_\_\_\_. *A linguagem e seu funcionamento. As formas do discurso*. 5. ed. Campinas, SP, 2009.

ORLANDI, Eni P. *Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 6. ed. Pontes, Campinas, SP, 2012 a.

\_\_\_\_\_. Documentário: Acontecimento discursivo, memória e interpretação In: *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas: Pontes, 2012 b.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2012.

\_\_\_\_\_. *Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Orlandi. Campinas, Editora da Unicamp, 2009.

\_\_\_\_\_. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. In: GADET, F. e HAK, T. (Orgs.). Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1993.

PFEIFFER, Cláudia C. *Introdução às ciências da linguagem – Linguagem, história e conhecimento*. Pontes, Campinas, SP, 2006.

PROENÇA FILHO, Domício. A trajetória do negro na literatura. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* – Negro Brasileiro Negro, nº25, 1997, pp.159-177.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Viajantes, século XIX: negras escravas e livres no Rio de Janeiro. In: LEITE, Miriam Moreira. *A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros*. São Paulo: HUCITEC/ EDUSP, 1984.

RONCARI, Luiz. *Literatura brasileira – Dos primeiros cronistas aos últimos românticos*. São Paulo: Edusp/FDE, 1995.

SANTOS, Jorge Viana. *Liberdade na escravidão: uma abordagem semântica do conceito de liberdade em cartas de alforria*. Tese de Doutorado. IEL/ Unicamp/Campinas, 2008.

SCHREIBER DA SILVA, Soeli Maria. O memorável na relação entre línguas. Edição n. 9 – Janeiro/2012 – Maio/2012. Disponível em: [www.discursividade.cepad.net.br/](http://www.discursividade.cepad.net.br/). Acesso em: 10/12/2014.

WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José C. *Formação do Brasil colonial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1994.

ZATTAR, Neuza. *Os sentidos de liberdade do escravo na constituição do sujeito de enunciação*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

\_\_\_\_\_. A corte portuguesa fugiu ou mudou-se para o Brasil? In: *webvistadiscursividade*. UEMS, 9. ed. Jan-Mai, 2012.

\_\_\_\_\_. O agenciamento enunciativo nas cartas de alforria. In: *Entrepalavras*, 2012. Acesso em: 20/06/2014.

\_\_\_\_\_. Caixa 150 anos: poupança e liberdade de escravos na segunda metade do século XIX. *Signum: Estud. Ling.* Londrina n.16/1, p. 309-328, jun. 2013. Disponível em: [www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum](http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum). Acesso em: 08/08/2014.

ZOPPI-FONTANA, M. Objetos Paradoxais e Ideologia. *Estudos da lingua(gem)*. Michel Pêcheux e a análise de discurso. Vitória da Conquista, n.1, p.41-59, junho de 2005. Disponível em: [www.estudosdalinguagem.org/n1jun2005/resumos/index\\_arquivos/monz](http://www.estudosdalinguagem.org/n1jun2005/resumos/index_arquivos/monz). Acesso em: 20/08/2014.

